



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 27 - Nº 503 - 2 A 16 DE AGOSTO DE 2015 - R\$ 3,00

Em defesa dos empregos e dos salários Que a classe operária rejeite o Programa de Proteção ao Emprego (PPE)

Responder à flexibilização burguesa com a flexibilização operária: escala móvel das horas de trabalho e estabilidade a todos!

**Enfrentar a crise econômica e política com o programa da revolução proletária,
da aliança operária e camponesa e da luta pela constituição de um
governo operário e camponês assentado na maioria nacional oprimida.**

**Desenvolver a oposição revolucionária ao governo Dilma e combater
a oposição burguesa direitista, pondo em pé a unidade nacional das lutas pelas
reivindicações de combate às medidas de ajuste fiscal, demissões e arrocho salarial,
com os métodos da luta de classes e de forma independente diante de todas as
frações da burguesia.**

A traição do Syriza e de Alexis Tsipras: Salta à luz do dia a necessidade de superar a crise de direção revolucionária

**Campanha internacional:
Que o governo Evo Morales e a justiça
devolvam a Marcia e Ariel sua filha adotiva**



Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

Resposta de Dilma ao agravamento da crise política: Garantir a aplicação do ajuste fiscal

A fase da Operação Lava Jato que atinge os parlamentares com foro privilegiado intensifica a crise política. A chamada Operação Politeia se iniciou com a espetacular busca e apreensão de provas pela Polícia Federal nas casas de senadores e ex-ministros. O ponto alto da investida policial se deu na residência do ex-presidente da República, cassado por corrupção, e agora senador, Fernando Collor de Melo. Mas o que causou maior preocupação dos políticos da burguesia foi a retomada da denúncia contra o presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha. Imediatamente, o peemedebista anunciou o rompimento com o governo e declarou-se opositor, acusando-o como responsável de envolvê-lo em falsas acusações. Deu a entender que há um conluio entre a Procuradoria Geral da República e membros do governo.

O PMDB, por meio do vice-presidente da República, Michel Temer, emitiu nota explicando que se trata de uma decisão pessoal de Cunha. O vice-líder do governo na Câmara, Silvio Costa (PSC-PE) exigiu o afastamento temporário de Cunha da presidência da Câmara. O mesmo fez a bancada parlamentar do PSol.

Eduardo Cunha anunciou que dará curso aos pedidos de abertura de um processo de impeachment de Dilma Rousseff. Prometeu instalar duas novas CPIs, uma do BNDES e outra dos fundos de pensão. A oposição avaliou que da guerra fria se passou para a guerra total no seio da coalizão governamental. O que quer dizer que, se Eduardo Cunha vinha favorecendo a ofensiva do PSDB e DEM contra Dilma Rousseff, agora terá um aliado declarado e disposto a arregimentar parlamentares para o objetivo de barrar mais duramente as iniciativas do governo, desestabilizá-lo e criar as condições políticas para a interrupção do mandato de Dilma. A previsão é de que se já estava difícil obter a aprovação das medidas de ajuste fiscal, encabeçadas por Joaquim Levy, agora o caminho das pedras se tornará mais estreito e longo. A fração do PSDB, liderada por Aécio Neves, mais radical no antipetismo, aposta no “quanto pior melhor”. Conta com uma fração do PMDB para sustentar essa estratégia.

A política econômica do governo está de acordo com as exigências dos banqueiros e credores internacionais, bem como do próprio PSDB. Nota-se que a crise econômica determina a crise política, mas não de forma mecânica. É o que explica o fato do PSDB combater as medidas neoliberais do governo. A incoerência se justifica pela determinação do PSDB, apoiado por importantes setores da burguesia e da classe média, de arrancar o PT do comando do Estado a qualquer custo.

Nesse quadro de evolução da crise política, o Ministério Público Federal do DF anunciou a abertura de investigação criminal da conduta da figura máxima do PT, Lula. O ex-presidente é acusado de servir aos interesses da construtora Odebrecht. É mais uma ação para desmoralizar o petismo. Se não for possível inviabilizar totalmente a governabilidade e se chegar ao impeachment, a oposição burguesa espera em 2018 estar diante de um PT derrotado.

O anúncio prematuro da direção do PMDB de que terá candidatura própria nas próximas eleições indica que o partido está confiante que não mais dependerá de uma aliança com o PT. Indica, também, que o melhor caminho para o desfecho da crise é o de manter o equilíbrio das instituições até as próximas eleições. Parece que a fração liderada por Michel Temer avalia que tem mais a ganhar garantindo o cumprimento do mandato presidencial do que

enfrentando um trauma institucional com o impeachment. Esta também ainda é uma avaliação dos partidários de Fernando Henrique Cardoso no PSDB. No entanto, a crise política caminha desordenadamente, sem que a aliança governamental consiga canalizá-la e sem que a oposição peessedebista tenha um curso bem definido. É neste quadro que se abre uma nova etapa da crise política com a operação Lava Jato, caçando parlamentares.

O fato de atingir a figura do delinquente Eduardo Cunha não é ruim para o governo. Cunha passou a utilizar o cargo, que lhe dá poderes, para quebrar a ação do governo. O problema está em saber se as investigações de seus vínculos com a corrupção na Petrobrás irão adiante ou serão abafadas no Supremo Tribunal. É neste ponto que se encontra a crise política com esses novos acontecimentos envolvendo os parlamentares.

A burguesia não está unida em torno da forma como se trava o embate da oposição contra o governo no Congresso Nacional. Importantes setores consideram perigoso bloquear o ajuste fiscal e aprovar medidas que impliquem maiores gastos para a União. Entendem que não se deve inviabilizar o governo inviabilizando a nova política econômica, comandada pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, um autorizado representante do capital financeiro. Baseada nessa restrição à conduta da oposição, Dilma conseguiu realizar uma reunião com 26 governadores, entre eles, Geraldo Alckmin do PSDB de São Paulo. Resultou em um compromisso formal de convencer os parlamentares a não bloquearem as medidas que concretizem o ajuste fiscal. Tudo indica que é correta a informação de que os governadores discutiram a manutenção “da estabilidade institucional”. Houve referência pública sobre a relação entre a estabilidade política e a estabilidade econômica. Dilma se disse aberta às críticas e disposta a estabelecer uma relação de “cooperação federativa”.

O encontro evidenciou o esforço do governo petista de reação às pressões oposicionistas favoráveis ao impeachment. Não é possível avaliar em toda sua extensão a transcendência desse acontecimento. Mas, sem dúvida, a presença de todos os governadores e o tom conciliador dado por Dilma demonstraram as dificuldades do setor oposicionista de avançar no sentido do golpe institucional. É possível que prevaleça o ajuste antinacional e antipopular sobre a crise política. Na reunião, a presidente foi enfática na sua disposição de vetar as medidas que impliquem aumento de gastos aprovadas pelos parlamentares. Referia-se ao veto à extensão da valorização do salário mínimo aos aposentados. Esse ato antipopular, por si só, é a demonstração que o governo não cederia em sua decisão de atacar a vida das massas para proteger os credores da dívida pública e os interesses gerais da burguesia.

É fundamental caracterizar a crise como uma disputa interburguesa e deixar absolutamente claro que o combate à oposição reacionária não se dará pela via do apoio ao governo petista, que ataca abertamente a classe operária e a maioria oprimida. Trata-se de aproveitar os choques interburgueses para projetar o movimento independente da classe operária, dos demais explorados e da juventude em defesa de suas reivindicações. É no interior da luta das massas que se torna possível a defesa da estratégia de poder do proletariado, que é a da derrubada do governo burguês e a constituição de um governo operário e camponês.

Brasil, refém dos credores e paraíso da agiotagem

A luta pela independência e soberania nacionais

Raramente, nas análises econômicas, os agentes da burguesia se referem à monumental dívida pública como uma das maiores travas para o desenvolvimento do País. Predominam as explicações sobre a crise elaboradas por representantes do capital financeiro nacional e internacional. Responsabilizam os gastos públicos com a folha de pagamento, previdência, serviços públicos e assistência social. A enorme carga dos juros e amortizações da dívida pública, no entanto, fica à parte das contas e protegida de qualquer referência negativa. Considera-se o superávit primário e o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal como o santuário da política econômica.

O ministro da Fazenda Joaquim Levy anunciou uma economia de 1,2% do PIB e agora foi obrigado a admitir que quando muito se atingirá 0,15%. A revisão da meta fiscal causou um alvoroço. Imediatamente, a agência Standard & Poor reviu para baixo a nota de risco do Brasil. Espera-se que Fitch e Moody's façam o mesmo. A consequência deste ato implica maior exigência dos credores e especuladores. O país terá de elevar os custos do endividamento, pagando maiores taxas de juros. As agências que garantem ao capital financeiro o risco de um determinado país controlam suas contas e agem poderosamente sobre sua política econômica. Com o rebaixamento ditado pela Standard & Poor, o Brasil ficou perto de cair para um nível mais baixo, chamado de especulativo, podendo se reunir à África do Sul, Turquia, Indonésia e Rússia.

Colocado à beira do precipício, o Brasil foi intimado a garantir um superávit primário compatível com os interesses dos credores a qualquer custo. O ministro da Fazenda, imediatamente, pediu aos investidores que tenham confiança nas correções em curso, cujo resultado é o de cumprir sagradamente o pagamento dos juros e amortizações, tal qual vem sendo feito. A constante elevação da taxa Selic, que serve de base aos juros da dívida, é responsável pelo seu aumento e pela dificuldade de se garantir o superávit primário. A elevação pelo Banco Central para 14,25% é mais um golpe contra ao Tesouro nacional. Portanto, a previsão feita no início do ano por Khair de que o Brasil pagará em juros 7,5% do Produto Interno Bruto já é líquida e certa.

Segundo os cálculos do insuspeito economista Amir Khair, a elevação da Selic de 11% para 13,75% e finalmente para 14%, desde o final das eleições presidenciais, um acréscimo de 3 pontos criaria uma "despesa adicional de juros de 94 bilhões de reais, ou 1,7% do PIB por ano". O que quer dizer que esse gigantesco aumento é superior à meta do superávit primário original, que era de 66 bilhões de reais, ou 1,1% do PIB. Em 2014, segundo o mesmo economista, o déficit fiscal foi de 6,7% do PIB, "sendo que a conta de juros atingiu 6,1% do PIB e foi responsável, portanto, por 90,6% do déficit". Repetimos a estarrecida conclusão: 90,6% do déficit são causados pelos juros da dívida pública. O fracasso da meta fiscal de 1,2% deve ser atribuído ao aumento da Selic. É claro que, nas condições recessivas da economia, o governo arrecada menos e o quadro fiscal se complica. A soma dos juros e das amortizações da dívida (R\$ 978 bilhões) gastos em 2014, correspondeu a 45,11% do orça-

mento da União.

A Auditoria Cidadã da Dívida denuncia o fato do governo ocultar o verdadeiro montante gastos em juros, disfarçando-o como parte da amortização da dívida. Oficialmente, os juros seriam de 170 bilhões de reais, mas há estimativas de 251 bilhões de reais. A maior parte da amortização (valor oficial de 808 bilhões de reais) é contabilizada como refinanciamento, que no final das contas mantém-se e se aumenta o montante da dívida pública. Já se realizou uma CPI da Dívida Pública pela Câmara de Deputados, mas que serviu "para inglês ver".

Não faltam análises que demonstrem a brutal trava que significa tamanho parasitismo financeiro. No entanto, os governos continuam a subordinar o orçamento e a política econômica a essa poderosa âncora. No primeiro mandato de Dilma Rousseff, o ministro da Fazenda Guido Mantega procurou amenizar o gigantismo da dívida. A Selic chegou a 9,9% ao ano; os juros, a 5,4% do PIB e o déficit, a 3,8% do PIB. Está aí por que o capital financeiro passou a criticar duramente o ministro. Ocorre que sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, a Selic chegou a 21,5%; os juros, a 8,1% do PIB e o déficit fiscal, a 6,6% do PIB. Já no governo Lula, a Selic caiu para 14,9%; os juros, 6,2% do PIB e o déficit, para 2,9% do PIB. Esses números, apresentados por Khair, mostram que o montante dos juros diminuiu sob o governo de Lula e o de Dilma. Mas volta a crescer no seu segundo mandato, já ultrapassando 7,5% do PIB. Sendo que a taxa Selic já se reaproxima à do período de Lula.

Orgulhosamente, Lula exibiu o acúmulo das reservas internacionais, necessárias para dar garantias aos agiotas e mostrar a solidez das contas públicas. Ocorre que os 380 bilhões de dólares acumulados foram aplicados em títulos do Tesouro americano. Este remunera com pouco mais de 1% ao ano, enquanto que a Selic atingiu 14,25%. A brutal diferença resulta em um encargo de bilhões de dólares (calculava-se 45 bilhões de dólares ou 140 bilhões de reais, em março de 2015).

Se, no passado, a dívida foi contraída para se aplicar na economia, agora, se contrai mais dívida para pagar juros e amortizações, que como vimos consome quase metade do orçamento nacional. O País precisa obter grandes superávits comerciais para bancar o endividamento e não para desenvolver a economia interna. Com a recessão mundial e seus reflexos no país, desponta a crise do endividamento. O desequilíbrio entre os fatores (déficits, alta inflacionária, inadimplência dos devedores, a recessão, desemprego, queda de arrecadação do fisco, etc.) converge para a incapacidade do Tesouro manter o alto endividamento do País. O governo em vez de tomar medidas contrárias ao parasitismo, alimenta-o ainda mais, elevando a taxa Selic. Em vez de contra-atacar as agências de risco que servem à agiotagem internacional, submete sua política econômica a tais avaliações. É visível que as medidas do denominado ajuste fiscal e o aumento da Selic impulsionam as tendências recessivas da crise, que são mundiais e não apenas nacionais. É claro que essa via torna o Tesouro inadimplente diante da rapinagem do capital financeiro.

A explosão da crise do endividamento que se deu no final

da ditadura militar e se propagou no período democrático concluiu no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) com uma onda de privatizações, de desnacionalização sem precedentes e reformas antipopulares, que abriram o caminho de ataque direto à vida dos explorados. O entreguismo e o sacrifício das massas, no entanto, não serviram para livrar o Brasil desse fardo, que passou a ser um fator decisivo para seu atraso semicolonial. Sob o governo Lula (2003-2010), a economia mundial crescia, o Brasil acompanhava, era possível ter um superávit primário robusto e um extraordinário superávit comercial. Com a crescente reserva cambial, os fatores da economia pareciam equilibrados e o PT podia manter sua bandeira de “desenvolvimento sustentável”. Agora, Lula e Dilma são acusados de quebrar o País.

A resposta de Dilma no seu segundo mandato é a de se ajustar às pressões dos credores e assumir medidas antinacionais e antipopulares. A função de seus ministros da Fazenda e do Planejamento se resume a cortar gastos e encontrar meios para pagar juros aos detentores de títulos da dívida pública. Essa condição advém do caráter semicolonial do Brasil, importador de capital financeiro e exportador de matérias-primas. O desenvolvimento industrial condicionado pela penetração das multinacionais e pelo endividamento se realizou de acordo com a condição de capitalismo atrasado e submetido aos ditames externos. O seu potencial econômico e social esteve e está determinado pelo entrelaçamento da grande burguesia nacional com a burguesia imperialista. Não foi e não é capaz de romper essa relação de dependência e de parasitismo.

O PT se arvorou como força política capaz de reorientar esse alinhamento por meio de um reformismo, supostamente nacional e popular. Suas pretensões não passaram de atendimento aos interesses de determinados grupos econômicos internos e de assistencialismo social. Nem bem a crise econômica se manifestou, o PT e seus governos mostraram-se mergulhados no pântano da burguesia nacional servil ao imperialismo. Está aí por que Dilma volta as baterias do Estado contra a classe operária e os demais explorados. Retoma o curso das privatizações e do entreguismo. Ao contrário do que se diz, não é a crise política de seu governo que alimenta a crise econômica. Mas é a crise econômica que liquidou o pseudo-reformismo petista e ampliou a crise a política.

É bem possível que ainda haja espaços para manobras. Para isso servem as reservas internacionais. Os credores continuam relativamente seguros. No entanto, qualquer que seja a manobra, a economia continuará regredindo e as massas arcando com a dilapidação dos salários, a perda de empregos e aumento da miséria. Estima-se que até 2018 a recessão permanecerá. Nada garante, porém, que depois desta data haverá uma significativa recuperação. A experiência mostra que as crises comportam altos e baixos; maior ou menor velocidade. A tendência geral da economia mundial é de conservar o baixo crescimento, manter a recessão em determinados países e a estagnação em outros. A redução do crescimento na China pode, em certa medida, ser compensada pela Índia, mas no geral a crise do

capitalismo mundial continua seu curso. É bem provável que o Brasil ainda está longe ter uma previsão segura de quando superará a recessão.

A propaganda de que o sacrifício do momento é necessário para corrigir os erros do passado (dos governos do PT) e que logo mais a economia voltará a crescer deve ser rechaçada pela classe operária. Se a burguesia e seu governo conseguirem impor aos explorados suas medidas antinacionais e antipopulares, como já vem ocorrendo, o capital financeiro estará protegido e os explorados empurrados para o abismo da pobreza. Como se vê, o problema está no atraso da classe operária em responder à crise com seu programa de reivindicações e métodos de luta.

O ponto de partida está em rejeitar a via capitalista concebida pelo governo e em defender as reivindicações das massas, porém o fundamental está em desenvolver o programa revolucionário. Trata-se de expor e lutar no seio dos explorados, partindo de suas necessidades, pela estratégia da tomada do poder e constituição do governo operário e camponês.

O capitalismo está amadurecido para a revolução proletária. A crise é tão somente um sintoma de sua decomposição em nível mundial e nacional. O predomínio do gigantesco parasitismo financeiro resulta da impossibilidade do capitalismo de continuar a desenvolver as forças produtivas em grande escala. De forma que o que caracteriza a fase imperialista e última de seu desenvolvimento é a da destruição de forças produtivas. Os países semicoloniais sustentam em grande medida a carga do parasitismo e arcam com as consequências sociais do baixo desenvolvimento e da recessão. É imperativo que o Brasil se imponha perante o capital financeiro e rompa sua condição de importador de capital segundo as condições do imperialismo. A burguesia não o fará. A independência e soberania nacionais são consideradas tarefas do passado. Se é assim, não há escapatória. A dívida pública continuará a determinar as condições de desenvolvimento das forças produtivas internas e a política econômica dos governos, seja ele situacionista ou oposicionista. Essa premissa fatalista indica o esgotamento histórico da burguesia semicolonial brasileira e a vigência do proletariado como classe revolucionária.

É imprescindível para economia do País e para a vida da população que a classe operária e a maioria oprimida tenham uma solução de poder e tarefas programáticas bem determinadas. Combater o governo, o Estado, a burguesia nacional e o imperialismo com a estratégia da revolução e ditadura proletárias. A luta consequente do proletariado por suas reivindicações o leva a liderar um movimento de maioria nacional contra o poder econômico e político da burguesia. O cancelamento da dívida interna e externa, o fim do pagamento dos juros que sangram o País e a estatização sem indenização do sistema bancário e financeiro como um todo são medidas iniciais de independência e soberania nacionais. Devem responder à crise estrutural do capitalismo e à necessidade de romper a condição de país semicolonial, como passos iniciais à expropriação geral do grande capital e à sua transformação em propriedade social (socialista).

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Em defesa dos empregos e dos salários Que a classe operária rejeite o Programa de Proteção ao Emprego (PPE)

Era previsível que o crescimento econômico dos anos 2003-2008 não continuaria por muito tempo. Viriam a queda da atividade econômica e as demissões em massa. O capitalismo mundial há muito se debate com a crise de superprodução. O processo de restauração capitalista, sobretudo na China, serviu durante algum tempo de alavanca para as forças produtivas contidas pelo mercado mundial em grande medida saturado. Os países semicoloniais puderam contar com a alta da produção e do comércio mundial. Entre eles, na América Latina, o Brasil. Atravessamos um breve momento de euforia. Parecia que a bandeira de “desenvolvimento sustentável, com distribuição de renda e inclusão social”, tinha fundamentos materiais. Bastou que desmoronassem as bases especulativas do crescimento nos Estados Unidos para que se verificasse que o fenômeno era mundial.

A interrupção do ciclo de crescimento atingiu o final do governo Lula. A administração petista acreditou que com suas medidas de proteção ao grande capital pudesse reduzir o impacto da crise e evitar que as tendências recessivas se manifestassem vigorosamente no Brasil. Os petistas sabiam, mas não queriam admitir que prematuramente chegava ao fim a sua hipótese de crescimento durável e sustentável. Hipótese que permitiu à burocracia sindical colaborar com o grande capital industrial (multinacional e nacional) e manejar politicamente a maioria oprimida.

É bom recordar que Lula ganhou força eleitoral no momento em que o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) havia mergulhado o País na recessão e elevado às alturas a taxa de desemprego. Foi por essa via que a burguesia reequilibrou provisoriamente os fatores econômicos (inflação, dívida externa, superávit primário, etc.) que vinham em crescente desequilíbrio desde o final da ditadura militar. As multinacionais, principalmente do setor automotivo, por sua vez, apresentaram seus métodos e meios de como atravessar a retração do mercado e o excesso de produção. A noção de flexibilização do trabalho tomou forma e impulso neste período. Os capitalistas responsabilizaram indevidamente a legislação trabalhista contida na CLT por sua “inflexibilidade”.

Surpreendentemente, não foi a ditadura militar que pôs na ordem do dia a tarefa de desfigurar e liquidar completamente a CLT, embora tenha eliminado o critério de estabilidade, mas sim os posteriores governos eleitos, em particular o de Fernando Henrique Cardoso. Os acordos de flexibilização de 2001 e 2003 (“Auto Visão”) entre a Volkswagen e o Sindicato Metalúrgico do ABC abriram caminho para as multinacionais utilizarem a redução da jornada com redução salarial. A utilização do Programa de Demissão Voluntária (PDV) se tornou uma peça complementar da flexibilização. Em 2002, o Sindicato e a Volks se entenderam sobre a implantação do plano de terceirização em várias alas da fábrica. A montadora alemã, nesse momento, pretendia fechar 3.933 postos de trabalho, considerados excedentes. Sabe-se perfeitamente que a poderosa indústria automotiva objetiva reduzir o número de operários, em função dos aperfeiçoamentos tecnológicos. A Volks chegou a ter 40 mil metalúrgicos; hoje, 13 mil.

Com a elevada produtividade e a capacidade instalada, considerada a indústria automotiva de conjunto, é de se esperar a superprodução. É o que está ocorrendo. Em função disso, os administradores do capital aperfeiçoaram os meios de flexibilização:

banco de horas, lay-off, redução da jornada com redução de salário, PDVs e terceirização. Chegam para a burocracia sindical e dizem: temos de demitir tantos metalúrgicos para ajustar o nível da produção. Aplicam-se o método e os meios de flexibilização para finalmente concluir com as demissões. Desta forma, a burocracia e a empresa manobram politicamente para evitar uma revolta.

O Sindicato Metalúrgico do ABC se constituiu na ponta de lança desse processo antioperário. Tem servido às multinacionais para arrebentar os direitos trabalhistas, configurados na CLT. Agora, atingiu um estágio de traição descarada. A Medida Provisória 680, emitida por Dilma Rousseff foi pleiteada pelo Sindicato Metalúrgico do ABC, com apoio da Força Sindical e com conluio das montadoras. Em 2011, os burocratas propagandeavam que era preciso um mecanismo, a ser aplicado em situação de crise, que permitiria aos patrões reduzirem a jornada, reduzindo os salários. Diziam que se tratava de uma experiência bem-sucedida na Alemanha. O que quer dizer que sabiam que a crise de 2008 inevitavelmente atingiria a economia do Brasil e a euforia na venda de carros e caminhões se transformaria em estado depressivo. Evidentemente, depressivo para os operários que confiaram na via da flexibilização do trabalho.

Ao governo Dilma, depois de ter baixado as MPs 664-665, não custou nada contentar os burocratas da CUT com a MP 680, o PPE. O mecanismo dessa flexibilização pressupõe que o Fundo de Amparo ao Trabalhador arque com uma parte das perdas e a outra parte os próprios operários atingidos. As poderosas montadoras, por sua vez, preservam seus lucros. O nome Programa de Proteção ao Emprego é um verdadeiro acinte. Não protege absolutamente nada no que diz respeito aos explorados, mas protege os interesses dos exploradores. A classe operária como um todo não teve como discutir e conhecer os fundamentos desse programa. Mesmo os metalúrgicos do ABC só ouvem o que diz a burocracia, uma vez que há muito a oposição foi varrida e o pouco que resta está silenciado. Nas assembleias e reuniões em que se coloca esse modelo trazido da Alemanha, não há como contestar. A ausência da democracia sindical é tão brutal que impera o pensamento e a ordem únicos. Mas ocorreu um fato que demonstrou o sentimento verdadeiro dos operários. Em 3 de julho, a direção do sindicato decidiu fazer uma consulta em urna sobre a proposta da Mercedes-Benz de reduzir em 20% a jornada e 10% nos salários. Os metalúrgicos disseram NÃO! Os burocratas imediatamente passaram a desqualificar a vontade da maioria, com ameaças de demissão.

Não há a menor dúvida de que a MP 680 é o resultado da conciliação da burocracia sindical com as multinacionais e o governo, selado por cima da classe operária. Os petistas e burocratas sindicais, que tanto falam da democracia e da participação popular, tomam decisões às costas dos explorados, contra eles e em nome deles.

De conjunto, as MPs 664-665, a Lei da Terceirização (PL 4330) e a MP 680 de redução da jornada com redução salarial constituem uma ofensiva histórica contra os direitos mais elementares conquistados pela classe operária. Estamos diante de um retrocesso social e trabalhista profundos, isso sob a democracia e o governo do PT, dito de esquerda e progressista.

A burguesia e seu governo não teriam como tomar iniciativas tão bárbaras se não contassem com uma direção sindical colaboracionista e traidora. A ausência de sindicatos independentes e classistas reflete a profundidade da crise de direção revolucionária. A classe operária - sem seus métodos e meios próprios de organização, de defesa e de ataque contra a exploração do trabalho e as medidas que intensificam a exploração - é uma vítima fácil de ser assaltada e saqueada pelos capitalistas.

No entanto, é certo que se potenciam o ódio de classe e as tendências de luta no seio das massas. Os explorados estão atravessando a experiência com o petismo e com o burocratismo sindical no momento em que já não é possível alimentar ilusões. Pode-se dizer que os operários estão atônitos diante das demissões em massa e da flexibilização do trabalho que os atordoa. Esse momento passará e se transformará em revolta. É necessário propagandear e agitar as reivindicações e a estratégia programática da classe operária. Não basta denunciar e rechaçar o PPE. Não se deve traduzir a oposição a tais medidas antioperárias com objetivos eleitorais.

Levantemos a bandeira: Abaixo o PPE, as MPs 664-665 e o PL 4330. Diante das demissões, defendamos: greve com ocupação de fábrica e implantação do controle operário da produção.

Diante da flexibilização capitalista do trabalho, defendamos a

flexibilização operária do trabalho, que reduz a jornada sem reduzir os salários, que impõe a estabilidade no emprego e que acaba com o exército crônico de desempregados por meio da escala móvel das horas de trabalho.

Diante do pressuposto capitalista de que acima das necessidades dos explorados está a necessidade do capital, dizemos que acima das necessidades do capital está a necessidade dos explorados. O pressuposto capitalista para se impor ao explorados conta com a colaboração de classes. O pressuposto operário para se impor aos capitalistas conta com a luta de classes. A solução dessa contradição virá pela revolução proletária, que tomará o poder da minoria exploradora e transformará a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, coletiva, socialista.

A luta pela defesa intransigente da vida das massas exige reivindicações contrárias à exploração capitalista. As reivindicações contrárias à exploração capitalista exigem que a classe operária se organize e avance para tomar o poder do Estado e realizar as transformações históricas. Sem esse programa não é possível barrar o retrocesso social e trabalhista em curso. Não é possível combater consequentemente as tendências bárbaras do capitalismo.

Abaixo o PPE, as MPs 664-665 e a Lei da Terceirização, PL 4330! Derrotar a ofensiva governamental e patronal contra os explorados por meio de greves e manifestações!

Comentários às notas da Executiva Nacional da CUT

Sobre a elevação da taxa de juros

Diz a nota: *“A CUT entende que em um cenário como o atual, de recessão econômica e aumento do desemprego, mais um aumento na taxa de juros é completamente ineficaz no combate à inflação, principal argumento do governo para manter essa política suicida”*. Conclui a nota: *“(…) ‘Por isso, a CUT defende uma nova política econômica que ataque de fato as causas da inflação e tenha como objetivo principal o crescimento econômico, a geração de empregos e a distribuição de renda’ (29/7)”*.

Como se vê são apenas palavras. Não diz quais são as causas e repete a demagogia petista do crescimento econômico com distribuição de renda. A direção da Central pretende ocultar sua responsabilidade política diante do governo que apoia e de sua prática de conciliação de classes. A classe operária está sendo golpeada com o confisco salarial, demissões em massa e acordos de flexibilização do trabalho que destroem antigas conquistas. Ao invés da CUT organizar os sindicatos para se opor às medidas liberais e antioperárias de Dilma Rousseff, por meio das reivindicações próprias dos assalariados e com seus métodos de luta, lança ao vento palavreados oposicionistas.

Estou contra as medidas, mas apoio ao governo, é típico da política servilista que não pode aparecer aos olhos da classe operária de corpo e alma. O governo do PT que posou de nacional-desenvolvimentista conclui desmoralizado e de joelhos diante do imperialismo.

A crise econômica e política se encarrega, objetivamente, de desmascarar a burocracia pró-capitalista e venal. Por meio dessas experiências com a burocracia sindical, a classe operária deverá encontrar seu caminho próprio, emancipando-se da política burguesa.

Sobre a correção do salário mínimo

Diz a nota: *“A CUT é favorável à extensão da regra de correção do salário mínimo para todos os beneficiários da Previdência*

Social até que seja construída uma política permanente de valorização das aposentadorias”.

De fato, a nota é contra a vinculação do reajuste do salário mínimo com a previdência. Lembremos que a presidente Dilma Rousseff, por meio de uma Medida Provisória, propôs ao Congresso que aprovasse a continuidade do mecanismo de valorização do salário mínimo até 2019. Na Câmara de Deputados, essa valorização se estendeu para as aposentadorias. No Senado, a extensão foi mantida, mas se separou no projeto aprovado a recuperação do salário mínimo do reajuste isonômico das aposentadorias. Assim, Dilma poderia vetar a extensão, sem prejudicar o seu objetivo original.

A CUT, que apoia o governo, ficou em uma situação difícil. Como se opor a extensão da regra de correção do salário mínimo aos beneficiários da previdência social? A nota da Executiva reflete exatamente essa contradição. Diz que enquanto não for *“construída uma política permanente de valorização das aposentadorias”*, a Central não se opõe à extensão da regra.

O último parágrafo da nota reforça o dilema dos sindicalistas governistas: *“Para a CUT, qualquer nova fórmula não pode colocar em risco a Política de Valorização do Salário Mínimo, fruto da luta, mobilizações e negociação feita pela CUT e demais centrais com o governo do ex-presidente Lula em 2006. Enquanto tal solução não for concretizada, a CUT se posiciona favorável ao recente reajuste das aposentadorias pelo índice de reajuste do SM”*.

Observa-se que a Executiva não se refere à decisão do governo de vetar a extensão. Assim, estaria assegurada a tal da política de Valorização do Salário Mínimo, sem que os milhões de aposentados que ganham pouco acima do salário mínimo fossem agraciados. De fato, a CUT está pelo veto presidencial em nome da *“política de valorização do salário mínimo de Lula”*.

Finalmente, Dilma vetou a extensão da regra aos aposentados e os sindicatos vergonhosamente consentiram.

Plenária Sindical e Popular do Espaço Unidade de Ação em São Paulo

Com a presença de cerca de 250 pessoas, de 65 entidades e organizações de nove estados do país, realizou-se no último dia 30 de julho um encontro aberto do Espaço Unidade de Ação, convocado pela CSP-Conlutas, para discutir uma frente única de luta que enfrente os ataques do ajuste fiscal, demissões e arrocho salarial em marcha.

Para o debate, abriram-se as inscrições livremente. Todos os inscritos puderam falar.

Os petroleiros vieram denunciar a política privatista que se põe em marcha na Petrobras, e contra a qual se mobilizam. Os sem teto de São Paulo relataram que tem crescido o desemprego nas ocupações, e denunciaram os governos federal, estadual e municipal que os reprimem, mostrando disposição de luta para enfrentá-los. Mulheres e LGBTs denunciaram que os ataques recaem com mais força sobre esses setores, e que tem aumentado a violência sobre eles. Colocaram que são justamente os que devem estar na linha de frente nas mobilizações contra os ajustes. Os professores, funcionários e estudantes das universidades federais em greve denunciaram como os cortes estão destruindo o ensino público e a necessidade de romper o isolamento da greve. O DCE da USP denunciou os ataques que vêm sendo aplicados pelo governo estadual contra as universidades e como esses ataques expressam a aplicação do ajuste fiscal no estado. A Anel comunicou a mobilização para o dia do estudante em 11 de agosto, que deve ser um passo no sentido da unificação geral das lutas. Dirigentes da Conlutas se colocaram pela participação da Intersindical na organização da frente única contra os ataques.

Nas falas, destacou-se a de Zé Maria (PSTU), que centrou a intervenção na necessidade de derrubar o governo Dilma e construir uma alternativa dos trabalhadores. Dentre os defensores dessa proposta, foi a fala com maior clareza de estratégia política. A fala de Zé Maria se destacou porque enquanto a maior parte dos inscritos se centrava nas denúncias e na defesa da necessidade da unidade na construção da greve geral, com caráter mais sindical, o dirigente do PSTU procurou centrar sua defesa na necessidade de resposta à crise política e disputa interburguesa.

Propostas encaminhadas

O encontro decidiu pela realização de outras plenárias sindicais e populares amplas, em todos os estados do país. Apoiamos essa proposta, pois cabe abrir o debate em todas as regiões pela necessidade de organizar a unidade para enfrentar os ajustes, demissões e arrocho salarial.

Outra proposta aprovada foi a de organizar uma ação nacional unificada em setembro, que expresse a luta independente da disputa interburguesa e pelas reivindicações que defendam os direitos, a vida e o trabalho das massas. É preciso trabalhar por um dia nacional de paralisações e protestos, que sirva de ponto de apoio para a organização da unificação das greves. Defendemos todo empenho para discutir amplamente a proposta, propagandeá-la nas bases e mobilizar para o êxito desse objetivo.

Uma terceira proposta foi apresentada, a de construção de uma *“alternativa que seja expressão dos interesses dos trabalhadores, da juventude, do povo pobre e setores oprimidos.”* Em outras palavras, a construção de um *“campo de classe [...] alternativo aos dois blocos políticos, de situação e oposição burguesa”*. Esta foi a essência da proposta de declaração apresentada na plenária, que foi preparada em uma reunião anterior, não convocada abertamente, de dirigentes das correntes da CSP-Conlutas.

Apesar da plenária ter aberto a palavra a todos, para que se manifestassem livremente, as principais decisões e a declaração a ser aprovada já estavam decididos anteriormente pela reunião das direções. Por isso, logo após as falas, do encaminhamento das propostas de novas plenárias e de um dia de manifestações em setembro, e de uma homenagem ao militante Vito Giannotti, morto no último dia 24/07, a discussão se encerrou. Nesse sentido, o debate mostrou ter um caráter formal, não deliberativo de fato.

O que há de errado na proposta de declaração apresentada

O principal problema da declaração é que está voltada ao objetivo estratégico de construir a chamada *“alternativa”* dos trabalhadores para a crise, um *“campo de classe”*. Sua fundamentação está na disputa interburguesa entre governo petista e oposição de direita, que supostamente abriria campo para uma *“terceira via”*, como algumas falas chegaram a propor. Trata-se de uma resposta que busca aglutinar forças para a disputa eleitoral. Entendemos que se esse for o objetivo da frente, fracassará em organizar a resposta dos explorados à ofensiva capitalista. Não será por meio de um governo eleito que os oprimidos terão suas reivindicações atendidas e responderão aos ataques do governo e dos patrões. A frente deve se fundamentar na organização da mais unitária ação direta das massas.

O governo Dilma é caracterizado no texto pela sua *“incapacidade”* diante da crise política e econômica, e por abraçar um *“modelo de dominação e exploração”*. Há uma disputa entre o governo que aplica as medidas de ataques às massas em benefício dos capitalistas e a oposição burguesa, que apóia essas medidas mas busca se potencializar eleitoralmente diante da decadência e desgaste petista.

Não se trata de incapacidade do governo ou de que aplique um modelo errado. Essa caracterização leva a buscar como resposta um governo que seja *“capaz”* e que mude de *“modelo”* de governar, sem afetar as relações capitalistas de produção e distribuição. Todo governo burguês expressará nas suas medidas os interesses de classe da burguesia.

O texto denuncia os efeitos da crise sobre as massas, mas não aponta a raiz da crise como decomposição do capitalismo. Corretamente, coloca a necessidade de defender a ruptura das principais centrais com o governo e a burguesia e a necessidade de uma greve geral para derrotar os capitalistas e seus governos.

Quanto à reforma política, limita-se a denunciar as restrições impostas aos partidos de esquerda constituídos. Ignora a

legislação antidemocrática que impede a liberdade de organização partidária e sindical, não toca na luta contra a legislação antigreve, a repressão aos movimentos sociais e aos moradores das periferias, etc.

Coloca-se por bandeiras reformistas, tais como a “suspensão” do pagamento da dívida.

Além da proposta de alternativa dos trabalhadores, a declaração propõe a realização de plenárias nos vários estados e a construção de uma manifestação nacional de rua, propostas que apoiamos. Mas que estão submetidas no texto ao objetivo de construção de uma saída eleitoral para a crise.

Defesa do POR na plenária

O POR participou da plenária com seu manifesto contra o PPE e com uma fala, que sintetizamos abaixo:

O Partido Operário Revolucionário saúda a iniciativa de convocar uma plenária aberta para constituir uma frente única de luta contra as medidas de ajuste fiscal, demissões e arrocho salarial. Queremos manifestar nosso acordo com a denúncia de que a crise política e econômica é descarregada sobre os trabalhadores pelos governos. Mas apontamos que essa crise é expressão da decomposição do capitalismo em todo o mundo, e que leva os capitalistas a colocarem seus governos a atacarem de conjunto as condições de vida e trabalho das massas, de forma centralizada e geral. Por sua vez, as massas respondem unitariamente a esses ataques, e só não vemos isso acontecer no Brasil por conta das direções das centrais e maiores sindicatos, que bloqueiam a ação das massas e apóiam ora o governo,

ora a oposição burguesa. Por isso, também manifestamos acordo com a proposta de levar aos trabalhadores a defesa de que as principais centrais rompam com o governo e a burguesia e se coloquem pela organização da greve geral.

Estamos também de acordo quanto à necessidade de derrubar o governo Dilma que aplica as medidas de profundos ataques às massas e favorecimento aos capitalistas. Mas queremos manifestar aqui nosso desacordo com uma questão central na proposta de declaração apresentada e defendida em algumas falas. É a proposta de que a saída é a construção de uma alternativa eleitoral às duas frações burguesas em disputa. Não será pela via eleitoral que as massas poderão responder aos ataques.

Levantar a luta pelo conjunto das reivindicações, que inclui a derrubada integral das medidas de ajuste fiscal, opor à flexibilização burguesa do trabalho a flexibilização operária do trabalho, por meio da escala móvel das horas de trabalho e estabilidade para todos, defender um salário mínimo vital aprovado nas assembleias de base, reajustado pela escala móvel de salários, defender as reivindicações dos sem-terra, dos estudantes, dos sem-teto, eruir um programa que se contraponha de conjunto à burguesia e seus governos. Este programa, assumido pelos trabalhadores, não levará à constituição de um governo pelas eleições, mas dará um passo no sentido da revolução proletária, da constituição de um governo operário e camponês assentado na maioria nacional oprimida. Contra a saída de alternativa eleitoral, defendemos o programa da revolução proletária. O primeiro passo nesse sentido é a unidade total na luta contra os ataques, demissões e arrocho salarial.

Greve das IFEs no momento decisivo. É preciso impulsionar o movimento docente por meio da luta direta

A greve é a resposta aos ataques às IFE

A greve no setor das IFE foi deflagrada no dia 28 de maio, contando com adesões das seções sindicais ligadas ao ANDES - SN, além da aprovação no âmbito da base da APUB, associação dos professores universitários da Bahia, filiada ao PROIFES - Federação biônica, por imposição dos professores. No mesmo dia se instalou o Comando Nacional de Greve (CNG) na sede do Andes. A pauta principal desta greve é a defesa do caráter público das IFEs, melhoria nas condições de trabalho, garantia da autonomia, reestruturação da carreira e valorização salarial de ativos e aposentados. A greve iniciou com a adesão de 18 IFEs. No mesmo dia foi deflagrada a greve nacional dos técnico-administrativos de todas as IFEs. Atualmente, 40 IFEs estão paralisadas.

O movimento grevista ocorre no contexto de avanço da crise do capitalismo, com impactos profundos na economia do Brasil, e de uma ofensiva geral do governo federal de Dilma Rousseff (PT), governadores e Congresso Nacional contra os direitos e garantias dos trabalhadores. Entre as medidas de ataques, podem-se citar a aprovação das Medidas Provisórias 664 e 665, encaminhadas pelo governo federal, com restrições ao acesso ao seguro-desemprego, ao seguro defeso, ao auxílio doença e pensão por morte; a aprovação pela Câmara de Deputados da Lei de Terceirização, o PL 4330/04 (atual PLC 30/15), as mudanças restritivas à aposentadoria por invalidez, a diminuição da maioridade penal de 18 para 16 anos, além



da elaboração pelo governo federal do Plano de Proteção do Emprego (PPE), que possibilita às empresas a redução da jornada de trabalho com a redução dos salários e uso do dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para garantir os lucros dos capitalistas.

No campo da educação, destacam-se o corte de R\$ 9,4 bilhões efetuado pelo governo de Dilma (PT), que, somados aos R\$ 11,7 bi cortados da saúde, fazem parte de um ajuste fiscal imposto pelo Ministério da Fazenda, de Joaquim Levy, da ordem de 69,9 bi do orçamento, que atingem os serviços de

interesses dos explorados. Tudo isso para realizar o superávit fiscal e garantir o pagamento de juros e dividendos da dívida pública com financistas e bancos. Somam-se a isso outros ataques à educação: o financiamento do ensino privado, por meio do Fies e do PROUNI, direcionando uma soma expressiva de recursos públicos aos bolsos dos capitalistas do ensino, a expansão por meio do REUNI sem quaisquer condições de trabalho e estudo, levando ao aprofundamento do processo de desagregação do ensino superior público. Várias obras encontram-se paralisadas, foram anunciados cortes no quadro dos trabalhadores terceirizados, que basicamente sustentam o funcionamento das atividades-meio das IFE.

Governo Dilma (PT) responde com proposta rebaixada

O governo Dilma apresenta uma proposta às entidades a frente do movimento grevista, que representa na verdade perdas profundas para a categoria. O governo propôs, por meio do MPOG, o percentual de 21,3%, parcelado em 4 anos da seguinte forma: 5.5% em 2016, 5.0% em 2017, 4.75% em 2018 e 4.5%, 2019. Trata-se de um verdadeiro ataque aos direitos e conquistas dos trabalhadores e aprofundamento das perdas salariais anteriores e a corrosão dos salários com o crescimento da inflação. A proposta do Fórum dos Servidores Públicos Federais é reajuste de 27,3% em 2016. Em reunião realizada em 25 de junho, a proposta do governo foi rejeitada, considerada pelo conjunto dos servidores públicos federais como mais uma imposição do governo, ao condicionar o avanço das negociações setoriais à aceitação do reajuste linear, oferecido pelo governo.

No dia 22 de julho, ocorreu mais uma marcha à Brasília do conjunto dos servidores públicos federais, contando com a participação de mais de 6 mil pessoas. No mesmo dia, ocorreu uma mesa setorial com as categorias em greve ou mobilizadas na qual o governo manteve a proposta de 21,3% de reajuste parcelado em 4 anos, significando cortes de salários, pois o cálculo está abaixo da inflação. O mais grave é que com essa proposta, o governo Dilma (PT) pretende impor um controle ao movimento dos servidores públicos federais, obstaculizando a realização de novas greves durante o período de vigência do acordo. Um exemplo claro ocorreu em 2014. As categorias de servidores que deflagraram greve foram criminalizadas e suas greves declaradas ilegais, com base exatamente nesse tipo de

Bahia

A luta dos terceirizados na UFBA

A aplicação do plano de ajuste fiscal do governo federal resultou no corte de verbas do orçamento da educação da ordem de R\$ 9,42 bilhões. Também foram cortados 11,77 bilhões da saúde. Não está descartado que os cortes sejam aumentados de acordo com a meta fiscal do governo federal. São quase 70 bi do orçamento direcionado para a realização do superávit fiscal, que tem como objetivo o pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Em se tratando da Universidade Federal da Bahia, a reitoria orientou no dia 25 março, por meio de carta enviada a todas as unidades e demais órgãos da comunidade universitária, a reduzir os gastos e conter as despesas, entre elas a necessidade de cortar 25% do quadro terceirizados, que prestam diversos serviços à universidade, por meio das empresas prestadoras de serviços. A Faculdade de Educação (Fa-

ced) foi a primeira a se manifestar sobre a carta, convocando uma congregação extraordinária, que aprovou uma resposta à carta da reitoria, afirmando que não acataria a orientação de corte dos 25% dos trabalhadores terceirizados. Também foram organizadas atividades em defesa desse setor.

É hora de impulsionar o movimento grevista

Mais uma vez estamos diante de um movimento decisivo. O governo Dilma procura ganhar tempo com as mesas de negociação, verdadeiras mesas de enrolação. Enquanto isso, age no sentido de fragmentar as categorias em greve e enfraquecer o movimento grevista por meio do cansaço. As direções das entidades, por sua vez, têm apostado nas negociações com o governo, sem, entretanto, impulsionar a greve por meio da luta direta (manifestações, bloqueios, piquetes, ocupações de prédios e reitorias). Em outras palavras: estamos diante de uma greve dirigida por uma política defensiva, que aposta nos métodos de negociação com o governo, sem avanços importantes, por meio das mesas instauradas nos marcos da institucionalidade burguesa, preterindo os métodos de luta criados historicamente pelos trabalhadores. Isso, quando os trabalhadores de conjunto e demais explorados estão sendo golpeados de todos os lados pelo federal de Dilma Rousseff (PT), governadores e Congresso Nacional, com retrocessos históricos nos direitos e garantias sociais.

Está prevista uma reunião no dia 30/07 do espaço de unidade de ação em São Paulo para organizar atos contra o ajuste e o Programa de Proteção ao Emprego (PPE). É preciso intervir nos organismos e nas entidades do movimento grevista com uma política que expressa às reivindicações vitais do proletariado e demais explorados e defender a necessidade de impulsionar o movimento grevista por meio da ação direta. As reivindicações dos servidores públicos federais de conjunto, incluídos das IFE, só podem ser arrancadas por um movimento vigoroso nacional, sob a base da luta de classes. A Corrente Proletária na Educação (CPE) e a Corrente Proletária Estudantil, impulsionadas pelo Partido Operário Revolucionário, têm defendendo um conjunto de ações no sentido de fortalecer a greve nacional docente e estudantil nos locais onde atua. Trata-se de preparar a greve geral no país para derrubar as medidas de ataques do governo e do Congresso, sob o método da democracia operária e da ação direta, sem os quais o governo nos imporá uma profunda derrota.

tária na Educação (CPE), impulsionada pelo Partido Operário Revolucionário (POR), cuja militância integra a Comissão de Mobilização do Comando de Greve dos Docentes da UFBA, conjuntamente com outros professores e a Frente de Esquerda Estudantil da universidade realizaram diversas atividades, como piquete no portal principal da universidade, intervenções, cartazes e faixas. Na ocasião, uma parcela dos terceirizados, que tiveram salários cortados, participaram do ato e fizeram várias denúncias, apresentando os contra-cheques com os cortes realizados pela empresa Tectenge.

Os próprios trabalhadores apoiados pela comissão de mobilização e parte dos estudantes da Frente de esquerda se dirigiram à reunião ampliada do Comando de Greve dos três setores da UFBA (professores, estudantes e técnico-administrativos) e denunciaram a situação. O Comando tirou uma moção de repúdio aos cortes nos salários dos trabalhadores da Tectenge. A CPE propôs uma série de atividades no Comando de Greve de defesa dos terceirizados. Foram realizados atos com os terceirizados, participação no 2 de julho, cine-debate, tribuna livre de frente à reitoria da UFBA, no dia 15 de julho, com a participação de dezenas de terceirizados tanto da Tectenge, quanto de outras empresas como Líder, que também tem atrasado os salários dos trabalhadores. Na tarde do dia 15 de julho, os diretores das unidades e demais órgãos da UFBA receberam comunicado da Pró-reitoria de Administração, comunicando

que os mesmos anotassem os nomes dos terceirizados envolvidos nas paralisações. Outros atos foram realizados na base do Canela, que concentra parte dos terceirizados, em que um deles sofreu um infarto e veio a óbito. No dia 22 de julho, fizemos mais um ato em frente à Sumai, órgão da UFBA responsável pela contratação das empresas e, no dia 23 de julho, em frente à Proad, Pró-reitoria de Administração, contra a demissão de dois terceirizados e ameaça a mais quatro, que trabalham para a Prese, outra empresa prestadora de serviços à UFBA, setor de transporte.

A CPE tem defendido como resposta o fim de toda a terceirização, a derrubada do PL 4330 atual PLC30/15 e a efetivação dos terceirizados, sem concurso. O concurso aplicado aos terceirizados é sinônimo de demissão e desemprego. A bandeira tem sido acolhida e defendida pelos terceirizados e pela Frente de Esquerda Estudantil, da qual faz parte a Corrente Proletária Estudantil. Somada às consignas acima, temos defendido o salário mínimo vital, emprego a todos, trabalho igual salário igual, estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, contra todas as medidas de repressão e criminalização das lutas sociais. A corrente tem destacado a necessidade da organização, mobilização e luta coletiva, por meio dos métodos da ação direta (manifestações, greves, ocupações, bloqueios e piquetes), sem os quais não será possível arrancar as reivindicações.

Paraná

Os sentidos do “Fora Beto Richa”

Quando no Paraná, em toda reunião trabalhadores e estudantes gritam “Fora Beto Richa”, expressam a sua revolta contra a repressão perpetrada pelo governo aos professores e estudantes em 29 de abril no centro cívico de Curitiba. É uma manifestação de repúdio ao governo e de solidariedade à luta dos trabalhadores. Exigem que os culpados pelo massacre sejam punidos e que os direitos dos servidores sejam respeitados.

Enquanto durou a greve da educação este grito era um hino que unificava os servidores e estudantes contra a opressão, a violência e o terror do estado. **O grito de “Fora Beto Richa” expressa a luta dos trabalhadores pelos seus direitos e pela punição dos massacradores.**

Entretanto, montado na justa revolta dos professores e estudantes, surgiram movimentos de “Fora Beto Richa” com outro conteúdo. Trata-se de uma “bandeira” oportunista e eleitoreira de grupos que, se aproveitando do repúdio à repressão, tentam ganhar espaços no interior do estado burguês. Colocam-se como salvadores da pátria que extirparão o “mal” pela via do impeachment do governador. Evidentemente, a opção a esse “mal” são eles ou seus representantes dentro do estado burguês, seja agora ou nas próximas eleições.

Para o PT, PSOL e o PSTU, que defendem oportunisticamente esta bandeira, o “Fora Beto Richa” **significa votem nos nossos candidatos nas próximas eleições.** Defendem a ideia de que bastaria mudar os nomes no comando do estado burguês – tirar o Beto Richa e o PSDB e colocar algum do PSOL ou do PSTU – para que os problemas sociais e políticos de repressão e opressão sejam eliminados.

Os trabalhadores estão em luta contra o governo pelas suas reivindicações gerais e não podem ser arrastados ao jogo da disputa

Inter burguesa, que é a verdadeira motivação do impeachment.

Outra variante dessa disputa que se coloca como cilada para as massas é o movimento “vai Gaeco” de apoio aos promotores de Londrina que investigam o envolvimento de auditores da receita estadual em escândalos sexuais (pedofilia) e arrecadação de propinas para a campanha de reeleição de Beto Richa. Neste caso, tenta se vender aos trabalhadores que um braço do estado burguês – o Ministério público – estaria empenhado em moralizar e atacar a corrupção do executivo. Oculta-se que as investigações realizadas por uma ala do MP expressa apenas o choque dentro do próprio aparelho de estado. Este choque indica que a crise política se manifesta inclusive no interior do aparato do estado burguês e, embora ocorra no Estado do Paraná, é determinado pelas disputas nacionais mais amplas.

A melhor maneira de punir o governador Beto Richa é derrotá-lo nas ruas e conquistar as reivindicações, pois de nada adiantaria toda a luta travada se ele, ou seu substituto eventual, mantiver o arrocho, o confisco da previdência e liquidar os direitos dos servidores.

A revolta contra o massacre, expresso na bandeira de punição dos responsáveis, deve se traduzir na bandeira de Tribunal Popular para punir os responsáveis, pois somente as massas em luta contra o governo poderão acertar contas contra os opressores. A remoção do governador pelo impeachment colocará outro governo burguês no poder e sua substituição não será punição suficiente. A justiça burguesa não poderá punir adequadamente um membro da própria burguesia. Somente as massas podem puni-lo.

Ao contrário de impeachment, defendemos a constituição de um Tribunal Popular para punir os responsáveis, a continuidade da organização dos servidores e estudantes para as próximas batalhas que haveremos de livrar

Ceará

O governo do Camilo Santana/PT aprofunda os cortes na máquina estadual!

Assim que assumiu, o governador Camilo Santana/PT anunciou um contingenciamento de 25% em todas as secretarias, em resposta à crise econômica do sistema capitalista que vem se desenvolvendo no país. A Saúde, a Educação e a Segurança perderam, por sua vez, 20%. Com agravamento da crise, a baixa arrecadação de impostos, a diminuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) pelo governo federal e a recessão se aprofundando, os cortes nos serviços públicos voltados às massas têm se ampliado.

Em 7 meses, o governo petista além da redução de recursos nas secretarias fez cortes nas bolsas das pós-graduações nas universidades estaduais (UECE, URCA e UEVA), fechou várias salas de aulas na educação básica, paralisou obras etc.

No último dia 28 de julho, o governo do Estado por meio do Secretário da Fazenda estadual (Mauro Filho), fez novo anúncio de cortes de gastos para diminuir as despesas com cargos comissionados, horas extras, água, energia e combustível para priorizar salários dos servidores estaduais (Diário do Nordeste, 28/07/15). Na verdade, Camilo se empenha no “ajuste fiscal” da máquina administrativa com outros obje-

tivos, para que o dinheiro dos cofres públicos seja transferido para os bolsos dos banqueiros, empresários, empreiteiras com o pagamento da dívida pública. Isto é, garantir os lucros e os recursos do Estado para o grande capital a exemplo da construção do aquário oceânico, orçado em R\$ 250 milhões em plena crise!

As direções da CUT/PT e a CTB/PC do B só fazem lamentar as medidas adotadas pelo governo do Estado. A atuação destas centrais é sempre a de blindar o governo Camilo diante do ajuste. Já a CPS-CONLUTAS/PTSTU e a INTERSINDICAL/PSOL não procuram organizar a luta e construir a unidade dos servidores para responder esses ataques de conjunto.

Para o Partido Operário Revolucionário/POR é necessária a unidade de todo o funcionalismo (frente única sindical) para barrar estes cortes. É importante salientar que os trabalhadores estaduais precisam se armar com o programa revolucionário e levantar as bandeiras que defendam a vida dos trabalhadores e juventude explorada.

Fim do ajuste fiscal da máquina administrativa voltado ao sacrifício dos explorados!

Encontro Nacional Contra as Prisões e Perseguições Políticas-RJ

No dia 11 e 12 de julho, foi realizado no Rio de Janeiro o Encontro Nacional Contra as Prisões e Perseguições Políticas. O evento político teve as seguintes bandeiras: *Contra a Redução da Maioridade Penal; Pelo Fim do Genocídio do Povo nas Favelas; Liberdade para Rafael Braga e Todos os Presos Políticos; Pelo Fim dos Processos Políticos Contra Manifestantes; Contra a Criminalização dos Movimentos Populares*. Ao todo foram três atividades, duas mesas: *A luta Contra o Terrorismo de Estado e Prisões Políticas na Cidade e no Campo*. No dia seguinte, houve um ato de rua em memória do um ano após as prisões dos 23 no ato contra a copa do mundo. A primeira mesa contou com a presença de jornalistas, por um representante da Liga dos Camponeses Po-

bres, Liga Operária, Educação Popular e por mães que perderam seus filhos assassinados pela polícia. Ressalta-se a posição das mães que responsabilizam o “Estado Terrorista” pela morte dos jovens. A segunda mesa contou com a presença de Hideki (funcionário e sindicalista na USP, preso durante os atos contra a copa em SP) e dos presos do Rio de Janeiro, dentre eles a conhecida como “Sininho”, e Igor Mendes, preso por quase sete meses no Complexo Penitenciário de Bangu. O Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão – SP e o POR estiveram presentes e fizeram suas saudações. O POR esteve presente com seu manifesto contra a maioria penal, publicado no Massas 502 e o Comitê com o boletim que segue abaixo.

O Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão-SP comparece ao Encontro Nacional contra as Prisões e Perseguições políticas, que se realiza no Rio de Janeiro, defendendo a seguinte resolução:

1. A violência repressiva é parte do Estado burguês, que a utiliza para manter o poder da minoria para explorar a maioria oprimida;
2. Todo destacamento armado do Estado é repressivo e não será humanizado ou reformado. Somente a população organizada e armada pode fazer a sua autodefesa;
3. A repressão, na forma de prisões, processos e perseguição, recai no momento sobre militantes e ativistas, mas é um ataque ao conjunto do movimento que se levanta em defesa de suas reivindicações;
4. A defesa dos presos e processados deve se dar política e ju-

- ridicamente, mas o jurídico deve estar subordinado à ação política;
5. A defesa política contra os processos, perseguições e prisões se baseia nos métodos da ação direta: atos, passeatas, greves. Somente pela luta coletiva dos explorados e da juventude é possível reagir ao Estado policial;
6. A justiça é burguesa. As diferentes frações da burguesia estão centralizadas no ataque às massas. Qualquer parecer legal em favor do movimento será circunstancial. Não se deve alimentar nenhuma ilusão na justiça burguesa;
7. A lei anti-greve, a lei anti-terrorismo, a lei da Copa e todo

- aparato judicial-policial expressam o avanço da repressão do Estado. Assim, devem ser combatidos de conjunto;
8. A aprovação na Câmara Federal da redução da Maioridade Penal demonstra o reacionarismo do legislativo. É falsa a justificativa de que a redução da criminalidade virá com o recrudescimento da punição. A criminalidade é uma das consequências nefastas do sistema de exploração do trabalho. Somente com a revolução proletária e a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social se eliminará essa chaga;
 9. É preciso organizar a luta dos explorados e da juventude em defesa das condições de existência. O desemprego, o subemprego, a fome e a miséria estão na base do aumento da criminalidade;
 10. A juventude vem sendo atingida pelo avanço da decomposição do capitalismo e da barbárie social. O aumento do contingente de jovens arrastados para a criminalidade e atração pelo narcotráfico refletem a incapacidade da burguesia de incorporar a juventude de conjunto no emprego e na escola e de protegê-la como força de trabalho;
 11. É necessário lutar para que a classe operária assuma a defesa da juventude como parte de seu programa de transformação do capitalismo em socialismo. Nenhum jovem fora da produção, nenhum jovem fora da escola! Combinação do trabalho e dos estudos voltada à produção social. Jornada de trabalho compatível com os estudos e um salário que corresponda às reais necessidades;

12. A crise econômica do capitalismo obriga a burguesia e seus governos a aumentar a maior opressão e repressão às massas. Os governos cobram maior sacrifício da população para salvar o capital financeiro, haja vista a aprovação das MP's 664 e 665, da Lei da Terceirização, a reforma da previdência e o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) que reduz a jornada com redução de salário;
13. A unidade dos movimentos operário, camponês, da juventude, assim como a unidade entre todas as correntes e organizações que compõem esses movimentos, é o caminho para defender os explorados da barbárie capitalista, e em particular a juventude;
14. O Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão-SP vem a esse Encontro Nacional defender essa resolução e juntar esforços para unificar todas as organizações que se colocam contra a repressão. Nesse sentido, propõe, em particular, a seguinte resolução:
15. Organizar comitês de defesa contra a repressão em todos os estados e constituir um comitê nacional;
16. Garantir a unidade política e organizativa contra o Estado policial e o avanço da repressão;
17. Organizar a campanha unitária pela libertação imediata a todos os presos políticos, fim imediato de todos os processos, liberdade irrestrita de organização e manifestação; revogação das leis que criminalizam o movimento e derrubada da Lei de redução da maioridade penal.

Comitê Estadual De Luta Contra a Repressão-SP

Seguem abaixo nota de convocação de uma reunião conjunta RIO-SP e um relato de um gari demitido – esse relato foi dado ao Comitê-SP

O Encontro Nacional Contra as Prisões e Perseguições políticas reunido no Rio de Janeiro no dia 11 de julho de 2015 discutiu o avanço do Estado policial sobre os movimentos sociais e populares da cidade e do campo e o aumento do genocídio da população pobre e negra. Esse debate reforça a necessidade da resistência organizada das massas oprimidas contra a classe dominante e seu instrumento de dominação que é o Estado.

Diante disso, defendemos a unidade de todas as organizações que estão verdadeiramente na luta coletiva contra a repressão. Em concordância, os comitês do Rio e de São Pau-

lo indicam uma primeira reunião a ser realizada no dia 8 de agosto no Rio de Janeiro, aberta a todas as organizações do movimento.

Assinam essa convocação:

Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão - SP

FIP-RJ

Assembleia Popular da Cinelândia

Ocupa Marina

Liberdade aos Presos Políticos – RJ

Relato de um dos 50 demitidos da greve dos Garis do Rio de Janeiro de 2014

O movimento grevista de 2014 foi vitorioso, pois achamos por bem não acatarmos a ordem do juiz que declarava nossa greve ilegal. Não aceitamos ser tachados de desocupados. Vinícius Rorris, ex-diretor da Ambev e atual novo presidente do Comlurb, foi indicado para acabar com nosso movimento e para privatizar a Comlurb.

Também não acatamos a direção sindical da Comlurb. O movimento sabia que o sindicato estava vendido, a mesma direção há 30 anos à frente do sindicato. É uma quadrilha que agiu para acabar com o movimento.

O movimento tomou a decisão de ir às ruas mesmo sem o respaldo

do sindicato, que negou ajuda quando procurado. Temos de expurgar essa direção bandida. O sindicato é de todos os trabalhadores. Nossa luta em 2014 foi vitoriosa porque superou essa direção bandida.

Mesmo sendo demitidos não vamos correr da luta. Nossa finalidade é sair pela porta da frente. Queremos ser readmitidos. Foram 50 companheiros demitidos e a Comlurb deu às costas. Agora não liberam nossa indenização, pois a justiça nos acusa de formadores de quadrilha.

Tornou-se "Formação de quadrilha" ao exercermos o nosso direito de greve, reivindicando melhores condições de trabalho e salário.

Cláudio Gari Maratona

IV Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Rondônia

De 12 a 17 de julho, aconteceu o IV Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que foi sediado pela Universidade Federal de Rondônia, reuniu aproximadamente mil pessoas de todo país, entre os camponeses. O Congresso teve como “slogan” *Faz escuro, mas eu canto: Memória, Rebeldia e Esperança dos pobres da Terra!*

A Corrente Proletária da Educação (CPE) compareceu ao congresso para levar aos camponeses congressistas um manifesto mostrando a política revolucionária para defender o homem do campo, e a fragilidade de um congresso que isola o debate e indica lutas focadas apenas no setor do campo. É preciso ligar a violência de classe no campo, que vai desde a escravização no trabalho, às chacinas praticadas pelos jagunços a serviço dos latifundiários até à desassistência do Estado que protege o latifúndio à luta dos explorados nas cidades.

Um Congresso organizado pela Igreja, mesmo que se coloque ao lado dos camponeses comparece majoritariamente com o espírito conciliador e pacifista. De um lado, reza a missa para a extrema união dos camponeses tombados pela ação do braço armado do Estado e do latifundiário de um lado. Do outro lado, reza a missa para benzer a acumulação de fortunas dos pretensos “donos” de grandes extensões de terras, tiradas dos verdadeiros donos, os camponeses, “aqueles que a cultivam, colhem e geram riquezas” com o suor e o sangue.

A CPE chamou atenção para o fato de que o congresso acontecer em momentos em que o Brasil atravessa uma brutal crise econômica e política. E que o governo Dilma, marionete da classe burguesa internacional e nacional, segue fielmente as orientações de ataque à vida dos explorados para proteção do capital.

A CPE mostrou ainda que estamos diante de uma situação em que setores dos serviços públicos estão em greve como as universidades e o INSS. Mostrou que o desemprego é alarmante, que a inflação cresce, os salários são rebaixados, etc. em função da crise econômica que é própria do capitalismo e que, na tentativa de evi-

tar a bancarrota, a burguesia pressiona seus governos para lançar medidas de ataques aos assalariados.

A militância da CPE orientada pelo Partido Operário Revolucionário (POR) mostra que sequer a presença de um importante contingente da juventude camponesa do país presente no congresso foi capaz de levar aos organizadores do IV Congresso Nacional da CPT o debate sobre a redução da maioria penal. Uma questão da atualidade que diz respeito à juventude trabalhadora, oprimida. E mesmo acontecendo no interior de uma universidade em greve não pode colocar o problema de destruição das universidades públicas no país. Não pode tratar da privatização e terceirização que afetam o conjunto dos serviços públicos.

O que se viu no Congresso? Os trabalhadores do campo e da cidade sendo chamados a defender o governo e ajudá-lo nessa política de liquidação dos direitos trabalhistas e destruição dos empregos. O POR como oposição revolucionária diz não defender o governo burguês de Dilma. Aqueles que o defendem estão ajudando a sustentar suas medidas de ataque à economia nacional e aos explorados.

A CPE defendeu que a estratégia da oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma conduz à luta por um governo operário e camponês – problema objetivo colocado na ordem do dia. Essa defesa precisa ser compreendida pelos operários e camponeses e pelos demais explorados. Ademais, há uma necessidade imprescindível de pôr em pé o programa revolucionário de luta pelo poder. O agravamento da crise política exige que a vanguarda lute com a linha de independência de classe e, com ela, defenda-se dos ataques dos patrões e dos governos capitalistas.

A CPE/POR conclamou os camponeses para por em pé a aliança operária e camponesa, orientada pelo programa do Partido Operário Revolucionário. Somente com essa estratégia é possível acabar com todo tipo de violência no campo e libertar os camponeses dos grilhões que ainda arrastam.

Adquira com o distribuidor deste jornal:

Balanco do 2º Congresso Nacional da CSP-Conlutas  Pelo programa da revolução proletária, pela independência política do proletariado e de suas organizações de classe Partido Operário Revolucionário  MASSAS	Crise Europeia Falência da Grécia Syriza constitui um governo pequeno-burguês e desvia o curso revolucionário dos explorados  Programa Proletário: Estados Unidos Socialistas da Europa Partido Operário Revolucionário  MASSAS	Venezuela: Chavismo se esgota  Só o proletariado organizado no campo da independência de classe poderá barrar a ofensiva imperialista Partido Operário Revolucionário  MASSAS	Rechaçar a ofensiva militar do imperialismo sobre o Estado Islâmico! Ao lado da nação oprimida contra a nação opressora!  Partido Operário Revolucionário  MASSAS
--	---	--	---

POR realiza escola de quadros no Nordeste

Entre os dias 18 e 19 de julho, em Fortaleza, o POR fez sua já tradicional escola de quadros no Nordeste. O curso de formação, que contou com a presença de companheiros do CE, RN, BA, PB e SP se empenhou em discutir os problemas políticos mais candentes da América Latina tais como a crise política do governo Dilma/PT no Brasil, os impasses econômicos que assolam o governo Cristina Kirchner na Argentina, a restauração capitalista em Cuba pelas mãos do castrismo, o fracasso do nacionalismo burguês na Venezuela e Bolívia. Além desses temas, a escola de quadros deu especial atenção à ofensiva patronal/estatal em torno da terceirização, um ataque sem precedentes aos direitos trabalhistas no Brasil, ditado pelo agravamento da crise econômica.

A insistência nas formações políticas, tem uma razão de ser. Para os revolucionários, assim como para os trabalhadores conscientes, trata-se de preparar os quadros. Para tal é imprescindível a assimilação teórica da rica experiência da luta de classes (o marxismo é, de longe, a corrente de pensamento que melhor conseguiu fazê-lo) e sua aplicação, como um guia para a ação revolucionária. As organizações que não formam seus quadros, que relegam para segundo plano a construção do programa ou que não veem a importância da elevação teórica

de seus militantes não serão capazes de compreender as profundas contradições que dilaceram a sociedade de classe nem de apresentar respostas às contundentes manifestações da crise do regime burguês. Estarão fadadas a se adaptarem às pressões da burguesia e seus partidos, respondendo aos problemas da luta com empirismo e prostração. É verdade que os trotskistas brasileiros amargam hoje o mais profundo isolamento, que o pensamento burguês mais conservador (sem excluir a ofensiva fundamentalista das igrejas) ganhou um vastíssimo terreno, mas amanhã com o despertar do proletariado, sacudido pelos ataques às suas condições de vida mais elementares (expressão da crise mundial do capitalismo), eles encontrarão o caminho das massas. Num país que carece de tradição revolucionária, essa tarefa não pode ser preparada sem firmeza e tenacidade teóricas.

Os novos militantes que acompanharam as exposições e o elevado nível do debate coletivo nos dois dias de discussão, assim como os simpatizantes que participaram pela primeira vez, puderam verificar a importância e o rigor com que o POR trata a questão da formação política. Constatamos, com uma viva alegria, que a Escola de Quadros do Nordeste cumpre cada vez melhor com seu papel.

VII Curso de Formação Política do Litoral Norte de São Paulo

Nos dias 25 e 26 de julho foi realizado em Caraguatatuba/SP o VII Curso de Formação Política. Nesses dois dias foram estudados os textos “Pontos sobre a Situação Política Mundial” e “Desdobramentos da Crise no Brasil”, documentos estes aprovados na Conferência do Cerqui de abril de 2015, em La Paz/Bolívia e publicados no Boletim do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui). Os documentos trazem uma atualização da situação da crise mundial do capitalismo e têm como objetivo preparar a militância para o enfrentamento do ataque à vida das massas e a necessidade da construção do Partido Mundial da Revolução.

Do primeiro texto, destacou-se no debate a permanência das tendências recessivas mundiais que assinalam o caráter estrutural da crise de superprodução capitalista. A existência de uma massa gigantesca de capital fictício que não encontra aplicação material e que continua se reproduzindo por meio da especulação, o que faz com que a crise aberta em 2008 não se encerre. Dentre outras análises, destacou-se também a queda do crescimento da China, a retração no Brasil, Rússia, Índia e África do Sul, o pequeno crescimento dos EUA e a estagnação da Europa. Diante de tal situação, observamos o recrudescimento das tendências bélicas, o intervencionismo imperialista e a opressão nacional, pela necessidade das potências de intensificar a exploração dos mercados e de um maior controle das fontes de matérias primas. Verificou-se que nos países imperialistas agrava-se o ataque às massas e cresce o chauvinismo. Por último, discutiu-se o aumento da opressão na América Latina potencializada pela crise e como as metrópoles têm pressionado os governos das semicolônias

para que descarreguem sobre as massas o peso da crise econômica em forma de ajustes fiscais, desemprego e de retiradas de direitos.

No segundo texto, discutiu-se os desdobramentos da crise econômica no Brasil e como essa tem potencializado a crise política. O Brasil entrou em recessão e com ela os velhos fantasmas voltaram a bater à porta dos brasileiros, inflação alta, aumento das tarifas e impostos, aumento dos bens de primeira necessidade etc. Verificou-se a fragilidade do governo do PT, que se encontra atolado no mar dos escândalos com a Petrobras e, com isso, as raposas da oligarquia pemedebista têm tirado proveito para aumentar sua influência sobre o governo. Destacou-se a virada mais à direita da política do PT, que, respondendo às pressões do imperialismo e das disputas interburguesas, ataca a vida das massas através de Medidas Provisórias, Leis e Decretos. Debateu as contradições do PT e sua burocracia sindical, seguidos pelo MST, UNE, PCdoB e MTST, que defendem seu governo que tem atacado abertamente os explorados, se submete ao capital financeiro e entrega o patrimônio público. Por último estudou a situação da classe operária que se encontra contida pela política do petismo.

A crise de direção é a principal contradição da situação. Sem o partido revolucionário, o proletariado não tem como avançar para uma linha de independência de classe e liderar a maioria nacional oprimida contra a burguesia nacional e o imperialismo, através da revolução proletária no Brasil e da constituição de um Governo Operário e Camponês como expressão da Ditadura do Proletariado.

Nesta edição:

- Potosi dinamita as ilusões no MAS
- Argentina: As eleições primárias da esquerda põem em evidência que a FET está dividida
- Turquia: Fora o imperialismo do Oriente Médio! Autodeterminação das nacionalidades! Só uma federação de estados socialistas porá fim à opressão de uma nação sobre a outra na região!
- Crise nas bolsas chinesas
- Grécia: Traição do Syriza

Artigos das Seções

Comitê de Enlace

pela Reconstrução

da IV Internacional



Potosi dinamita as ilusões no MAS

De um lado, o movimento Cívico acusa as promessas não cumpridas, de outro, o governo diz ter investido como nunca ocorreu na história da Potosi – a mobilização de COMCIPO dinamita e perfura novamente o apoio ao MAS.

Com autoritarismo e leviandade, o governo procura desprestigiar o movimento gritando que é um “golpe de Estado”, que “cívicos mentem”, etc., objetivando anulá-los. A milionária campanha governamental nos meios de comunicação tem gerado um efeito contrário: repúdio ao governo e ao inacessível Evo que, ressentido lá do alto de seu altar, se nega a comprometer com sua assinatura a seriedade dos eventuais acordos que nas negociações se possam alcançar.

Novamente, o conflito potosino dinamita a estrutura sobre a qual se construíram as direções cooptadas pelo MAS. A prefeitura e 24 dos 40 municípios potosinos estão nas mãos do MAS, mas esta estrutura não serve para nada. COMCIPO se afirma como expressão da fúria dos potosinos.

Fenômeno que se explica pelo afastamento da população das cidades perante a política do MAS.

Cinicamente, o Ministro da Presidência reconhece que os ministros que assinaram os acordos em 2010 assumiram compromissos demagógicos para sair do impasse, isto é, engana-

ram os potosinos.

Então, para todos ficou claro que o fato de Evo Morales não validar com sua assinatura dos resultados das negociações não significa outra coisa senão que agora tampouco o governo está disposto a garantir o cumprimento do que se acorde.

A fabulosa riqueza extraída desta terra não é compatível com a miséria geral em que se vive todos os dias. Donde quer que se olhe, salta à vista a contradição entre monumentais e agora envelhecidas edificações que recordam o fabuloso passado e os péssimos serviços de saúde, educação, transporte, comércio e o desemprego crônico em uma cidade que agoniza e uma área rural com os índices mais altos de pobreza. O atraso e a miséria são o retrato atual da cidade mais importante da colônia. Aí está a explicação da poderosa mobilização.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2410, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Evo Incapaz

Potosí só exige o que foi prometido e não cumprido pelo ENTREGUISTA E OPRESSOR

EVO DITADOR E COVARDE QUE ENQUANTO O SEU PAÍS ENTRA EM CONVULSÃO POR SUA CULPA PREFERE VIAJAR PARA A ARGENTINA E BRASIL ONDE É RECEBIDO COM APLAUSOS E ELOGIOS POR ENTREGAR-LHES TODO O GÁS BOLIVIANO, ENQUANTO NA BOLÍVIA NÃO CUMPRE NENHUMA PROMESSA PORQUE NÃO HÁ GÁS PARA OS PROJETOS INDUSTRIAIS EM POTOSÍ, MUTÚN, ETC.

EVO, ditador cínico, que trata com desprezo as massas potosinas que só pedem que ele cumpra as promessas que fez ou que ao menos diga porque não pode cumpri-las. Mas o covarde prefere mandar seus lacaios sem sangue no rosto para jurar que Potosí passa por um maravilhoso desenvolvimento. O governo entreguista e seu ditador nunca se atreveram a dizer honestamente que as riquezas de Potosí foram entregues

ao imperialismo/transnacionais, aos empresários disfarçados em Cooperativas e que o que sobrou do saque foi repartido pelo corruptos do governo, deixando novamente sem futuro esta região e todo o país. Porque a riqueza mineral, hidrocarbonífera, agrícola, etc. da Bolívia não chega aos trabalhadores, aos idosos, às crianças. Não há mais saúde, educação, indústria e nem postos de trabalho. O que se mantém é uma colônia oprimida que envia seus minérios e gás para o exterior para enriquecer o imperialismo e a classe dominante vendida e entreguista, ao invés de utilizá-los em sua industrialização. Por isso, chegou o momento de unir-se para expulsar as transnacionais, expropriar a burguesia entreguista e derrubar o ditador Evo Morales. A tarefa é a de estatizar as enormes riquezas do país, sob um governo operário e camponês, o Socialismo.

Abaixo Evo entreguista e opressor!!!

A crise recai sobre o trabalhador, não sobre os opressores. Acabar com o atraso de Potosí e da Bolívia inteira, estatizando a grande propriedade privada das EMPRESAS PETROLEIRAS, MINEIRAS E TODOS OS GRANDES MEIOS DE PRODUÇÃO que estão nas mãos das TRANSNACIONAIS (IMPERIALISMO) e da BURGUESIA ENTREGUISTA boliviana (empresários, banqueiros e latifundiários), sem pagar indenização. Assim passarão a ser PROPRIEDADE SOCIAL para poder planificar a economia, dando trabalho, assistên-

cia social, saúde e educação a todos, sob o controle operário e camponês.

VIVA O TIPNIS!!!

QUE AS TROPAS MILITARES E POLICIAIS TENHAM O DIREITO A SE SINDICALIZAR!!

DERROTAR A BURGUESIA ENTREGUISTA E EXPULSAR AS TRANSNACIONAIS!!

COM O PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (POR) AO SOCIALISMO!!

Rebelião de Potosí

Quando a mobilização não conquista seus objetivos imediatos, se generaliza e se transforma em política

A radical e multitudinária mobilização do povo potosino começou com reivindicações imediatas que correspondem às necessidades básicas do estado que, no passado, foi o pilar da economia do país. Durante o período colonial, uma imensa riqueza de prata de Potosí encheu de esplendor a corte espanhola, a mais atrasada da Europa que começava a viver as grandes transformações que preparavam o advento do capitalismo. Durante a República, vinculou o país ao mercado mundial através da exploração dos minérios e encheu de libras esterlinas e dólares os cofres da feudal-burguesia e do miserável Estado boliviano. Potosí entrou em decadência nos anos finais do século passado por causa da crise que provocou uma queda profunda nos preços dos minerais, ao ponto de converter-se em uma cidade quase fantasma, onde a maioria da população emigrou para outros estados em busca de emprego e formas de subsistência. Sua recuperação retornou com o novo aumento dos preços dos minérios, que ocorreu a partir de 2005. No entanto, o crescimento populacional não contou com a diversificação de sua atividade econômica e de serviços básicos como saúde, água, aeroporto, etc. Trata-se de um estado vítima da monoprodução de matérias-primas, que se valorizam e se desvalorizam conforme as crises cíclicas do capitalismo monopolista mundial.

Nos últimos anos, o estado de Potosí tem sido constantemente desrespeitado pelo governo MAS, que durante as sucessivas eleições (presidenciais e regionais) tem feito promessas para satisfazer todas as necessidades mais sentidas, que se resumem em uma plataforma de poucos pontos:

1. A construção de um hospital de terceiro nível que conte com todas as especialidades, com infraestrutura e equipamentos adequados e com os itens necessários para o quadro de médicos, paramédicos e funcionários administrativos;
2. A reativação do “elefante branco”, chamado Carachipampa (Usina Metalúrgica), que no passado já recebeu muitos investimentos mas que nunca pôde entrar em uma etapa realmente produtiva pela incapacidade dos governos;
3. A diversificação da economia, com a criação de indústrias vinculadas com a atividade mineradora e outras que permitam à população potosina não depender exclusivamente

da atividade extrativista dos minérios, e que possibilitem a criação de empregos para a população;

4. A construção de um moderno aeroporto internacional para facilitar o alto fluxo de turistas a esta região cheia de riquezas arquitetônicas, artísticas, históricas e culturais, que teria um efeito multiplicador para outras atividades como a hotelaria, restaurantes, centros recreativos, etc.;

5. A preservação da fisionomia cônica do Cerro Rico (montanha dos Andes), que é um símbolo que identifica o país;

Se este movimento cívico fosse atendido pelo governo, parcial ou totalmente, não passaria de um caráter puramente reivindicativo; no entanto, ele se choca com uma conduta dura e prepotente das autoridades. A mobilização se dirigiu à cidade de La Paz, exigindo uma reunião com o presidente Evo Morales, mas este impôs como condição que o encontro se realizasse inexplicavelmente em Uyuni, com o objetivo de desmobilizar tanto o movimento de Potosí como o de La Paz. A força da mobilização - marchas e cabildos multitudinários, uma greve cívica que se prolonga por mais de 15 dias com a total paralisação da capital, a massiva incorporação dos mineiros assalariados das mineradoras privadas (Manquiri, San Cristóbal e outras), a realização de manifestações diárias e radicais em La Paz que se chocam brutalmente com a polícia, a generalização do movimento aos distintos estados onde também se realizam manifestações e greves de fome, a solidariedade que se encontra em outros setores da população que realizam campanhas para alimentar os manifestantes em La Paz - cria um quadro geral favorável para que este movimento se transforme de puramente reivindicativo em político, porque põe em questão o destino da estabilidade do governo.

A resposta míope do governo de tentar contrapor o campo e as províncias à capital, falsificando um encontro com prefeitos e organizações governistas, provocou maior enfurecimento da população que, há alguns dias, começou a atacar instituições públicas e casas de conhecidos masistas na cidade de Potosí. Agora as consignas que as massas radicalizadas levantam nas ruas não são puramente reivindicativas, centradas nos pontos de sua plataforma, mas sim orientadas a condenar o governo do MAS, juram que nunca mais votarão em um governo que se

esquiva e trata com brutalidade os manifestantes nas ruas de La Paz e de Potosí.

Novamente, o grande obstáculo para que as massas mobilizadas tomem a orientação para a tomada do poder é a ausência do proletariado como classe, fazendo o papel de direção política da nação oprimida. Estas grandes manifestações, como as ocorridas na véspera no Alto de La Paz, se diluem porque

não encontram uma perspectiva política real. A tarefa do momento é superar este obstáculo e o Partido deve se empenhar em fazer um trabalho efetivo no seio dos diferentes setores do proletariado.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2409, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Campanha internacional em defesa de Márcia Torrico, militante do POR boliviano

A greve de fome de Márcia Torrico, exigindo do governo e da Justiça a devolução de sua filha adotiva, já passou de 60 dias. É necessário ampliar a campanha internacional responsabilizando Evo Morales e o MAS pela vida de Márcia. Chamamos as correntes de esquerda, sindicatos, associações e movimentos a saírem em defesa de Márcia.

No Brasil, fazemos a denúncia junto à classe operária, aos sindicatos e ao movimento estudantil para que através de moções exijam a devolução de Sofia Torrico Roman aos seus pais. Tanto Márcia, Ariel e Sofia são vítimas da perseguição política do governo. A criança foi adotada com a clara decisão de seus pais biológicos, que alegaram não poder criá-la. Por meio de trapaceira e chantagem de um advogado junto aos familiares, orientado pelas autoridades governamentais, se procurou usar o argumento da ilegalidade da adoção, quando a criança já estava com os pais adotivos há três anos, bem cuidada materialmente e rodeada de amor. A Justiça desviou os documentos que legalizavam a adoção. Não há dúvida de que se trata de uma perseguição política aos militantes trotskistas, considerados duros adversários.

Ariel e Márcia, por sua formação marxista e por sua dedicação à causa do proletariado, jamais cometeriam qualquer violação contra os pais biológicos e a criança. Suas convicções são as mesmas que as do partido que militam, o POR. Convicções estas que alimentam a militância revolucionária em defesa do fim da sociedade de classe e da constituição da sociedade socialista, na qual desaparecerão todas as formas de opressão do homem pelo homem.

Nas ruas das cidades bolivianas, como nas do Brasil, perambulam crianças famintas com suas mães e pais que vivem das migalhas que caem das mesas da burguesia. Esse era o destino de Sofia. Não achamos que adoção seja uma solução para um problema tão grave. As chagas que atingem milhões de crianças no mundo inteiro serão sanadas e erradicadas com a revolução proletária.

Mas o fato é que o casal de militantes decidiu compartilhar suas vidas com a de uma criança, cujo destino não seria diferente do da grande maioria de famílias pobres e miseráveis. Sabemos perfeitamente que a repressão aos militantes não poupa seus familiares. Atingi-los é uma forma de vingança. No caso dos pais de Sofia, a vingança é visível.



Estamos fazendo uma ampla denúncia dessa miserável atitude do governo Evo Morales e temos sentido a receptividade dos sindicatos e movimentos. A não ser um ou outro caso, a exemplo da Associação dos Professores da USP, que se negou a assinar com a justificativa de que a moção já havia sido aprovada no congresso do Central Sindical e Popular-Conlutas. O importante é que a maioria das portas que bateamos em defesa de Márcia se abriu. Lamentavelmente, ainda as esquerdas fingem não saber o que está se passando com a militante do POR. Fazemos um último chamado para que se juntem à campanha internacional pela devolução de Sofia a Márcia e Ariel.

Que o governo e a Justiça parem com a perseguição aos militantes do POR!

Que devolvam imediatamente Sofia aos seus pais adotivos!
Assinaram as moções:

1. 2º Congresso da CSP- Conlutas
2. Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Alto Alegre dos Parecis/RO
3. Associação dos Professores da PUC São Paulo
4. Sindicato dos Trabalhadores da USP
5. Sindicato dos Servidores da Saúde de São Gonçalo/RN
6. Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região (SINDPROI)
7. Sindicato dos Trabalhadores da Educação de São Gonçalo (SINTE)/RN
8. Regional Oeste-Lapa da Associação dos Professores da rede estadual de SP (Apeoesp)
9. Comitê Popular de Lutas em defesa do socialismo (CPLDS)
10. Corrente Proletária da Educação de Porto Velho/RO
11. Quatro vereadores da Câmara Municipal de Natal/RN
12. Comando Local de Greve da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas
13. Sindicato da Saúde do Rio Grande do Norte
14. Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Fundação Universidade Federal de Rondônia
15. Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Apeoesp)
16. Coordenação do LEMARX- Bahia
17. Comando nacional de greve do ANES/SN
18. Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião

Argentina: as candidaturas para as eleições primárias para presidente

Não há nada que esperar do próximo governo, seja situação ou oposição

Encontramo-nos diante de um fato novo, que é preciso entender e explicar.

Alfonsín teve de antecipar as eleições presidenciais de 1989, e em seguida teve de antecipar também a entrega do governo a Menem. Menem, por sua vez, em seu segundo governo foi derrotado pela Aliança, na pior das eleições presidenciais do Partido Justicialista em sua história (1999), em um clima de forte rechaço social à sua política. A Aliança que levou De la Rúa à presidência se desfez rapidamente com o levante popular de 2001/2002. A sucessão de presidentes e a antecipação das eleições feita por Duhalde deram lugar à ascensão de Néstor Kirchner ao governo, sendo eleito presidente com 22% dos votos. Em quatro décadas (52/92), nenhum governo foi capaz de terminar o seu mandato, Perón, Frondizi, Illía, Isabel Perón, foram derrubados por golpes militares, que também sofreram golpes entre eles.

O kirchnerismo que chegou ao governo com 22% dos votos permaneceu por 12 anos no governo e pôde impor condições para a sua sucessão. Como explicar isto? Não é produto de uma explosão social, nem algo passageiro. A popularidade da Presidenta é estimada em mais de 50%, em meio a uma situação econômica crítica, com uma elevada inflação, impondo limites à recomposição salarial, com uma recessão industrial prolongada, restrições à compra de dólares, com taxas de desemprego crescentes, com elevada precarização trabalhista, com a maioria recebendo salários muito abaixo do mínimo vital, com denúncias de corrupção, de autoritarismo, com sucessivos prognósticos de calotes e quebras na econômica... O Governo tem tido uma forte intervenção na escolha dos candidatos da situação que competirão, assegurando uma forte intervenção, se vencer, no próximo Governo e também no Congresso. A ausência da própria Cristina Kirchner nas listas foi contra todos os prognósticos da oposição que asseguravam que ela seria incluída como candidata para aproveitar a popularidade, arrastar votos para os candidatos da Frente Para a Vitória (FPV) e para garantir a sua impunidade diante das denúncias de corrupção, que certamente a atingiriam. Especularam que seu filho Máximo seria candidato a vice-presidente e que teria sido solicitada a benção do Papa para a sua candidatura. Durante meses, encheram os meios de comunicação com notícias como estas. Nada disto ocorreu.

O Governo - que dizia que as eleições primárias serviriam para democratizar a vida dos partidos, para que os cidadãos elegeassem aqueles que queriam como seus candidatos - escolheu o método mais vertical de eleição, primeiro decidiram reduzir a quantidade de candidatos à presidência e ao governo de Buenos Aires e escolheram a dedo a única chapa que representará o governo em âmbito nacional, deixando apenas duas chapas no Estado, e formando a lista de candidatos a deputado. Certamente se a Presidenta tomou estas decisões é porque goza de uma forte autoridade sobre seu movimento.

A oposição, por sua vez, age como o governo. Os candidatos não são eleitos livremente pelos cidadãos, são eleitos pelos grandes capitalistas que têm investido milhões de dólares para sustentar suas candidaturas, e pelos meios de comunicação que promovem as suas figuras, são eles que já escolheram os seus candidatos.

A imprensa burguesa opositora mesclou o descontentamento diante da chapa única, inesperada, com a fúria, porque entendeu que a presença de Zannini garantiria a continuidade do kirchnerismo no poder executivo e uma forte presença de seus quadros mais conhecidos no Congresso. Parece que veio abaixo a ilusão de que poderiam

ter um Scioli que controlariam facilmente. Essa imprensa burguesa contribuiu para apresentar um Scioli submisso, dominado e humilhado pelos Kirchner, encarnando outra política, que, ao se tornar presidente, faria uma revanche em relação ao seu passado e se tornaria independente deste governo. A imprensa burguesa atribuiu a queda da bolsa de valores e a subida do dólar paralelo ao desânimo que esse sinal de continuidade provocou entre os empresários.

As características da oposição burguesa com um discurso neoliberal, as campanhas permanentes nos meios de comunicação e as pressões do imperialismo ajudaram objetivamente o Governo a mostrar-se como defensor da Nação e das condições de vida das massas.

Mas não devemos perder de vista o essencial. A FPV (Frente para a Vitória) continuará representando os interesses gerais da burguesia, ainda que isto resulte em choque com algumas de suas frações, que será inevitável. Não pode haver uma política que agrade a todos. Menos ainda que represente o conjunto da sociedade, já que a sociedade está dividida em classes com interesses distintos, antagônicos, irreconciliáveis. Será um governo burguês, antinacional e antipopular, ainda que mantenha um discurso nacionalista.

Pouco importa hoje o tom que vai dar ao seu governo, o que importa é que representará os interesses gerais da burguesia, e será obrigado a adotar ajustes para preservar esses interesses gerais. Se esses ajustes serão graduais ou bruscos, se a moeda se desvaloriza muito ou pouco, se conseguirá financiamento externo ou não, são questões secundárias. O kirchnerismo tem preservado e potenciado os interesses dos grandes capitalistas e das multinacionais, e isto não mudará.

Este ciclo nacionalista tão particular, encarnado neste momento no kirchnerismo, não se esgota porque a classe operária não se independiza politicamente. Não aparece a classe operária com uma política diferenciada, independente, combatendo a todas as políticas dos partidos que defendem a ordem capitalista. Nossa intervenção, como o partido que expressa politicamente a estratégia da classe operária, ainda é muito débil. A esquerda democratizante se dilui cada vez mais por sua incapacidade para se opor aos candidatos patronais em termos classistas, vai ocupando o lugar que a chamada centro-esquerda deixou vago, arrastada pela agenda que a oposição burguesa quer estabelecer.

É notável a ausência de ideias em uma campanha que dura quase um ano, com milhares de horas de televisão e rádio dedicadas às eleições e aos candidatos. O que se debate? Ninguém fala o que é preciso falar. Ninguém questiona a dominação insuportável do imperialismo sobre o país, que controla os setores vitais da economia através das multinacionais. Ninguém questiona os bilhões entregues para a dívida externa fraudulenta e os bilhões de fuga de capital. Não aparece nas intervenções a entrega do petróleo e dos minérios. É necessário dizer que as forças produtivas só poderão se desenvolver quando acabarmos com a grande propriedade privada dos meios de produção. Toda a campanha é um circo destinado a ocultar os problemas essenciais, mostrando brigas, intrigas e slogans que não passam de uma distração para não se debater o essencial.

A verdade é que, com tantos anos seguidos de crescimento econômico, de altos preços das mercadorias que são exportadas, com superávits orçamentários e de comércio exterior, a grande maioria dos trabalhadores recebe salários menores do que o salário mínimo vital, um em cada três trabalhadores se encontra em situação precária, avançam

as demissões e a inflação incontrolável continua corroendo os salários dos setores populares. Não se deve esperar nada do próximo governo, seja de situação ou de oposição, já que nada farão, nem poderão fazer, para reverter esta situação, que tende a se agravar.

Somente a classe operária pode desenvolver uma perspectiva distinta, revolucionária, defendendo a expropriação das multinacionais que controlam a economia do país, recuperando todos os nossos recursos, nacionalizando o comércio exterior e os bancos, liquidando o latifúndio, deixando de pagar a dívida externa, que é fraudulenta. Não há qualquer possibilidade de reformar o capitalismo em decomposição e desintegração. Chamamos o voto nulo, em defesa da política operária, pela necessidade de pôr em pé o Partido que expresse a sua estratégia de revolução e ditadura proletárias, que chame a confiar somente na ação direta das massas, em seus próprios métodos de luta e repetindo mil vezes que o Congresso é uma cova de parasitas e que nada devemos esperar dele.

As eleições primárias da esquerda põem em evidência que a FET está dividida

A crise da Frente de Esquerda e dos Trabalhadores (FET) chegou ao extremo que eles sequer podem escolher as candidaturas como vinham fazendo, em uma reunião de cúpula burocrática. Como nem isto funciona, têm de adotar o mecanismo das eleições prévias para resolver as candidaturas internas. Indica o grau de mesquinhez, que se expressa em todas as acusações públicas feitas a todo o tempo entre os partidos que a integram, especialmente o *Partido Obrero* (PO) e o *Partido de los Trabajadores Socialistas* (PTS), que se uniram de forma oportunista em 2011 para superar os limites das eleições prévias e agora utilizam o seu mecanismo.

Desde o início, demonstramos que o método de construção da FET estava baseado no oportunismo. Qual deveria ser o método de construção da Frente? As plenárias de todos os lutadores em cada região para, sobre a base de um acordo programático, debater e resolver as candidaturas e que tipo de campanha deveria se realizar. Os métodos burocráticos potenciam a situação atual de divisionismo e de enfrentamento sem princípios entre as correntes que integram a Frente. A FET tem servido para aprofundar as fissuras entre as organizações que a integram, fragmentando, confundindo e desmoralizando o ativismo, que assiste ao enfrentamento dos aparatos. O dano que está causando à vanguarda é imperdoável. Acusações sobre usurpações, manobras, chantagens, são habituais. Isto que não aparece visível para os eleitores comuns, percebe-se cotidianamente em todas as frentes de luta. “A alternativa do divisionismo somente desmoralizará o ativismo e o povo”, afirma com acerto o PO.

Como farão para se diferenciar? Apresentarão suas diferenças políticas ou se limitarão a exibir quem tem os cartazes maiores, os candidatos mais jovens, quantos votos tiveram em tal eleição cada um, quantas pessoas mobilizaram em tal dia. A miséria política chega ao extremo.

Disse o PO: “A Frente de Esquerda resolverá pela primeira vez os seus candidatos nas eleições primárias. Fomos obrigados a isto para superar uma situação faccional contra a qual temos lutado durante mais de dois anos”. Referindo-se ao PTS.

É um erro. A situação faccional não pode ser superada com as eleições prévias, como afirma o PO, pelo contrário, será potenciada.

Disse o PTS: “Nós do PTS fizemos todos os esforços para poder chegar a uma lista unitária”. Fazendo o PO e o *Izquierda Socialista* (IS) responsáveis por chegar às eleições primárias e romper com a lista unitária. Porém, todos sabemos que o PTS sempre pressionou para ir às eleições primárias quando não chegaram a acordos com as candidaturas e outras divergências. O PTS chegou ao cúmulo de coletar assinaturas que apoiaram uma candidatura única para não chegar às eleições primárias.

Disse o PTS: “O PO fez seu interesse próprio prevalecer sobre o interesse geral da FET. A grande eleição da FET em Mendoza, encabeçada por Noelia Barbeito do PTS, confirma que deixar Nicolás del Caño fora da lista é uma loucura sectária”.

fúndio, deixando de pagar a dívida externa, que é fraudulenta. Não há qualquer possibilidade de reformar o capitalismo em decomposição e desintegração. Chamamos o voto nulo, em defesa da política operária, pela necessidade de pôr em pé o Partido que expresse a sua estratégia de revolução e ditadura proletárias, que chame a confiar somente na ação direta das massas, em seus próprios métodos de luta e repetindo mil vezes que o Congresso é uma cova de parasitas e que nada devemos esperar dele.

Disse o PO: “Em oposição ao desmembramento das bancadas parlamentares entre os componentes da Frente de Esquerda, repudiamos qualquer forma de usurpação do mandato que o povo deu à Frente de Esquerda”, referindo-se assim ao seu sócio eleitoral.

Disse o PO sobre o balanço de Mendoza: “A existência de dois blocos separados - um inscrito como PTS e o outro como Frente de Esquerda (pelo PO) - violenta este renovado mandato popular. Significa agendas separadas, iniciativas separadas, alternativas políticas separadas. A responsabilidade por esta situação de divisão é toda do PTS, que colocou sua autoproclamação por cima dos interesses políticos do conjunto dos trabalhadores. A paridade parlamentar entre os dois partidos não modifica a caracterização de que há usurpação de bancadas.”

A imprensa de Mendoza e os políticos patronais se esforçam por usar este divisionismo para desqualificar a Frente de Esquerda e para prognosticar sua extinção em breve. Exploram, deste modo, a abusiva tendência da autoproclamação e do faccionismo”.

Em poucas linhas, o PO se faz de vítima e acusa o PTS pela situação faccional, blocos separados, agendas separadas, iniciativas separadas, alternativas políticas separadas, divisão, autoproclamação, usurpação de bancadas... Seja qual for o resultado das eleições primárias, está sendo apresentado à sociedade uma frente que está dividida, e confessam que não encontraram o método para superar a crise. A FET não pode postular-se a dirigir nenhuma frente única enquanto não conseguir resolver a sua divisão, que se aprofunda cada vez mais. Em seus textos não se encontram nem uma linha de autocritica de sua própria atuação.

Qual é o método proposto pelo PO em Mendoza? “Propomos que o PTS e o PO convoquem conjuntamente uma plenária de parlamentares, devidamente preparada, para aprovar um regulamento de funcionamento interno democrático e centralizado, uma direção rotativa dos blocos, reuniões periódicas, uma avaliação da marcha das iniciativas, os obstáculos e contratempos”.

Assim, os parlamentares teriam em suas mãos a possibilidade de resolver estas divisões, atuando como proprietários das votações recebidas. Por que não convocam uma plenária conjunta de todos os militantes e simpatizantes da FET? Os parlamentares não deveriam se subordinar às resoluções das organizações políticas que a integram? Ou têm vida própria, por cima de suas organizações? Esta questão tem sido crucial na história das correntes que se reivindicam socialistas: os parlamentares devem submeter sua ação às decisões que adote a organização pelas quais tenham sido eleitos. Prestemos atenção a este método, que está evidenciando outro desvio político sobre como se devem resolver as graves acusações mútuas.

Disse o PO: “Vamos às eleições prévias com a ideia de que a Frente de Esquerda é uma frente única dos trabalhadores em luta contra o grande capital e seu Estado, e de nenhum modo um aglomerado circunstancial de facções”. “... Em oposição a circunscrevê-la como um protagonista exclusivamente eleitoral, chamamos a desenvolvê-la como uma frente única de

trabalhadores em todos os campos". Não é verdade. Como temos demonstrado anteriormente, em numerosas lutas não atuaram como uma frente única, mas sim divididos e em choque, confundido e dividindo os lutadores. Atuaram permanentemente como facções. É necessário um balanço autocrítico destes 4 anos de existência da Frente. Não é, nem pode ser, uma **frente única dos trabalhadores em luta**, esta tarefa só pode ser desenvolvida com os métodos da democracia operária, não com os métodos faccionais de construção eleitoral.

Disse o PO: *"O governo dos trabalhadores não é senão a expressão mais elevada da unidade do povo que trabalha contra a exploração social e o abuso". "... a FET se vislumbra como a alternativa de poder dos trabalhadores, dos intelectuais, da juventude e de todo o povo trabalhador". "Como força política dos trabalhadores somente existe a Frente de Esquerda"*.

O chamado "governo dos trabalhadores" é uma estratégia não-operária. Os operários são "trabalhadores", mas a imensa maioria dos trabalhadores não são operários, são assalariados de classe média, são profissionais liberais, são autônomos, etc. Esta questão de classe é essencial para organizações que se dizem trotskistas.

Muito menos propagandizam como se chegará a este governo dos trabalhadores, será pelas eleições? O único caminho para começar a construir o socialismo é pela revolução social, que destrua o Estado burguês e instaure a ditadura do proletariado (governo operário e camponês). Não há outro caminho.

Esta crise da FET é uma consequência da campanha de centro-esquerda que realizam, vazia de conteúdo socialista. Em nada se diferenciam do discurso destas correntes. Contribuem para bloquear o rompimento das massas com a política burguesa. As eleições são essencialmente um terreno de propaganda política, em que a classe operária deve expressar a sua estratégia política, comunista, deve questionar a dominação imperialista, a propriedade privada dos meios de produção, reivindicar os métodos de ação direta para resolver as suas reivindicações e impor a sua política e desmascarar permanentemente o papel parasitário do Congresso, desencorajando qualquer ilusão.

O PTS se isola

Durante a paralisação nacional de 9 de junho, desta vez (outra vez!) quem deu a nota foi o PTS, no marco da disputa pelas "personalidades" da FET, no contexto de luta intestina para ver quem encabeçava a Frente. Esta mesquinha disputa fez com que na estratégica Zona Norte da Grande Buenos Aires outra vez, se fizessem

Comunicado do Partido Operário Revolucionário (POR) do Brasil e do Boletim Nossa Classe

O Partido Operário revolucionário (POR), seção brasileira do CERQI (Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional), solidariza-se e apoia a greve dos trabalhadores da Linha 60 de ônibus de Buenos Aires, Argentina, e convoca os explorados a se unirem ao redor de sua luta para derrotar a ofensiva do patronato, dos governos nacional e municipal e as manobras da burocracia venal e traidora da UTA (sindicato União Tranviarios Automotor).

Companheiros, vemos todos os dias como agravam as consequências econômicas e sociais de uma nova etapa da crise capitalista, que avança pelo país e pelo continente com o fechamento de fábricas, a desativação de linhas inteiras da produção e com a destruição de milhares de empregos.

Eis por que o triunfo de sua luta servirá a um novo impulso à luta dos explorados do país e assim frear a ofensiva capitalista, que descarrega a crise sobre nossas costas. Sua heroica

dois bloqueios. No entanto, aquele que foi encabeçado pelo SUTNA (Sindicato Único de Trabalhadores Pneumáticos Argentinos) de San Fernando agrupou a maioria dos partidos de esquerda e organizações anti-burocráticos de Panamericana e 202. Este sindicato havia convocado umas semanas antes uma plenária para debater a medida. O outro bloqueio foi há alguns quilômetros mais adiante, o PTS sozinho.

O nosso partido tem caracterizado que a FET e suas disputas estereis de aparato são um obstáculo para a vanguarda e também para superar a influência do nacionalismo burguês na classe operária e demais oprimidos.

Em vários sindicatos se deram disputas encarniçadas entre o PO e o PTS, como nos gráficos. Com o recente conflito de Word Color se acusam de traidores, chantagistas e deixam de fazer ações em comum entre esta fábrica e as comissões internas que o PO dirige. Por outro lado, o PO, espertamente, aproveita este infantilismo sectário do PTS para encarar um suposto debate sobre "frente única" em geral e organizar sob sua influência os partidos e agrupamentos que procuram ingressar na FET.

No nosso país é necessário construir a Frente Única Antiimperialista, que unifique os oprimidos da cidade e do campo sob a direção da classe operária, que impulse organismos de massas onde prevaleça a democracia operária e coloquem ênfase na ação direta das massas e não na ação parlamentar. Longe está a FET de ser um verdadeiro organismo de frente única da classe operária e dos demais oprimidos. Sua política, programa e candidatos não se elegeram em organismos democráticos, em assembleias ou plenárias, mas sim com base em critérios liberais burgueses.

Agora irão às eleições prévias, método que supostamente combatiam. Para piorar as coisas, levam suas disputas de aparato aos conflitos, contribuindo para confundir, desorientar e desmoralizar os conflitos. O sectarismo, a autoprocamação e o oportunismo são muito caros na luta de classes. Os ativistas e delegados independentes precisam mais do que nunca da unidade e coordenação das lutas, é necessário acabar com estas disputas estereis e eleitorais, e pôr o eixo na luta de classes, em ganhar as bases para a luta contra a burguesia, seu governo e a burocracia.

(Extraído do Jornal Massas, nº 303, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

greve já demonstrou que a unidade, a democracia operária e a ação direta são a única via para enfrentar as manobras e ataques dos exploradores e de seus agentes, objetivando abortar as lutas em defesa dos salários e dos empregos.

Fazemos nossa sua luta pela estatização da Linha 60, pelo pagamento dos salários atrasados e a redução das horas de trabalho. Exigimos com vocês a imediata reincorporação dos demitidos, o fim de toda perseguição político-judicial contra seus delegados e que se acabe com o cerco policial contra a greve. E chamamos a classe operária, os camponeses e a juventude oprimida a se organizarem em uma frente única em defesa dos salários e dos empregos com os métodos coletivos de luta de massas.

Viva a luta dos trabalhadores da Linha 60!

Pela expropriação sem indenização da Linha 60 e de todo o transporte de passageiros, sob controle operário coletivo!

Partido Operário Revolucionário – Brasil, 24 de julho de 2015

Governo turco ataca posições do E.I., e também os curdos que os combatiam. Fora o imperialismo do Oriente Médio! Autodeterminação das nacionalidades! Só uma federação de estados socialistas porá fim à opressão de uma nação sobre a outra na região!

No último dia 21 de julho, uma manifestação organizada pela Federação de Associações de Juventudes Socialistas na cidade turca de Suruc sofreu um ataque suicida, assumido pelo Estado Islâmico, em que morreram 32 pessoas. Três dias depois, o governo turco ordenou um ataque aéreo contra posições do E.I. na Síria, matando pelo menos 35. Além disso, o governo Erdogan desencadeou uma operação repressiva no país, em que prendeu centenas de militantes de partidos de esquerda, e realizou ataques ao Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) no Iraque. Aprovou também a utilização de bases turcas pelas tropas dos EUA para realização de ataques contra o E.I. Neste momento, portanto, o governo turco ataca em três frentes: bombardeia posições do E.I., ataca posições curdas na Turquia, Síria e Iraque e reprime organizações de esquerda na Turquia.

Antecedentes imediatos

No final de janeiro, após quatro meses de combates, tropas curdas ligadas ao PKK expulsaram da cidade de Kobane, na Síria, próximo à fronteira com a Turquia, as forças do Estado Islâmico (E.I.). Contaram para isso com apoio de bombardeios diários realizados pela força aérea da coalizão liderada pelos Estados Unidos na região e com apoio militar dos curdos peshmerga, vindos do Iraque. No final de junho, o E.I. voltou a assumir posições em Kobane, mas dois dias depois tiveram de recuar.

Algumas correntes de esquerda, entusiasmadas com a vitória militar dos curdos liderados pelo PKK contra o E.I., se organizaram para apoiar a reconstrução de Kobane. Desconheciam completamente que essa vitória se deu sob tutela militar do imperialismo norte-americano, interessado em derrotar o E.I. Ou seja, se colocaram em bloco ao lado do imperialismo contra os jihadistas islâmicos. Tudo indica que esse é o motivo do ataque à juventude curda na Turquia. A consequência serviu de pretexto para que o governo turco desencadeasse o ataque ao E.I., a abertura escancarada de suas bases aos EUA e mandasse para a prisão centenas de militantes de organizações de esquerda. O governo turco, que exerce opressão nacional sobre os curdos, não cometeria o mesmo erro daquelas organizações de esquerda: seu ataque ao E.I. não deixou margem ao fortalecimento militar dos curdos rebeldes, pois foi acompanhado de ataques ao PKK e às demais correntes esquerdistas.

A política proletária é anti-imperialista

A guerra que está em marcha na região tem seu ponto mais grave no conflito entre o E.I. e a coalizão liderada pelos EUA. Essa guerra expressa a luta da nação oprimida contra a nação opressora. Neste momento, o nacionalismo jihadista do E.I. serve de canal por onde a nação oprimida se rebela contra o imperialismo. O fato de ser reacionário por seu conteúdo religioso fundamentalista e ser dirigido pelo nacionalismo da feudal burguesia árabe não muda essa posição essencial. O fato de ter sido resultado da intervenção ianque no Iraque, ter recebido no passado apoio militar e financeiro do imperialismo

em seu combate na Síria contra o governo Assad não altera sua posição de alvo da coalizão liderada pelos EUA hoje. Cada conquista militar da coalizão dos EUA contra o E.I. fortalece o imperialismo em toda parte. Cada derrota dos EUA contra o E.I. enfraquece o intervencionismo ianque no mundo todo. A opressão nacional é uma manifestação da opressão de classe, expressa o domínio da burguesia mundial sobre os explorados do mundo todo. Esse conceito elementar classista é desconhecido e contrariado diariamente pelas correntes de esquerda que, mergulhadas no eleitoralismo, submetem sua política às necessidades de agradar à classe média horrorizada com as atitudes bárbaras do E.I., colocando-se em bloco ao lado do imperialismo contra as nacionalidades oprimidas, as quais se levantam com aquilo que têm disponível nas mãos para enfrentar os opressores. Assim, bastaram observar as tropas “de esquerda” curdas, laicas, com mulheres entre os soldados, para se colocarem ao lado delas contra o reacionário, obscurantista e nacionalista E.I. e sem considerarem a intervenção sanguinária do imperialismo.

O PKK sofre as consequências da política submissa ao imperialismo

A expulsão do E.I. de Kobane não foi a primeira vez que o PKK se aliou ao imperialismo. Durante a intervenção dos EUA sobre o Iraque, em 2003, as tropas curdas serviram como primeira linha no combate pela derrubada do regime de Saddam Hussein a partir do norte do país. As tropas dos EUA seguiam-nas na retaguarda, fornecendo os meios necessários. Também naquela ocasião o governo da Turquia abriu suas bases militares ao uso dos aviões dos EUA. O resultado da “aliança” do PKK com os EUA em 2003 foi que os curdos continuaram como nação oprimida no Iraque. E na Turquia. E em mais cinco países.

Nos últimos anos, a ascensão do E.I. na região se deu com apoio dos EUA para a derrubada do regime de Assad na Síria. Mas os sunitas do E.I. tentaram retomar o governo do Iraque, assumiram o controle de uma vasta região produtora de petróleo e entraram em choque com os interesses do imperialismo no Oriente Médio, tornando-se assim seu principal alvo, ao ponto de convergir toda uma coalizão que agrupa dos EUA ao Irã. Os conflitos entre as etnias árabes se reforçaram. Paralelamente, a guerra no Iêmen cindiu o país em várias partes, opondo sunitas e xiitas em lados opostos aos do conflito com o E.I.

O PKK buscou conter o atual avanço do E.I. sobre regiões curdas se apoiando novamente numa aliança com os EUA. Mas o governo turco, que também teme o avanço do E.I. por sobre as fronteiras da Síria em sua direção, não quer apoiar militarmente as forças rebeldes curdas que se levantam há décadas em busca de um Estado Nacional Curdo, que inclui conquistar independência de parte do território turco. Por isso Erdogan reclamou dos EUA quando em janeiro os caminhões cheios de armamentos oriundos da coalizão imperialista cruzavam as fronteiras turcas para abastecer as tropas curdas que lutavam contra o E.I.

Na Turquia, o governo direitista de Erdogan sofreu recentemente um revés eleitoral, perdendo a maioria parlamentar. O partido governamental, Justiça e Desenvolvimento, perdeu dezenas de assentos no parlamento para o HDP (Partido Democrático do Povo), bloco de esquerdistas e curdos. A ofensiva repressiva sobre os curdos e o PKK visa a enfraquecê-los também diante da disputa eleitoral.

Jihadistas nacionalistas ocupam lugar na luta contra o imperialismo

O E.I. expressa no conflito contra os EUA a rebelião das nações oprimidas contra a opressão imperialista. Sabemos que será incapaz de travar a luta pela real independência e soberania, que fatalmente capitulará diante dos opressores. Já o fez antes quando estava tentando derrubar Assad na Síria. Os grupos nacionalistas burgueses procuram ora se apoiar no imperialismo contra seus adversários, ora são obrigados a se opor a ele na defesa de interesses imediatos. A ausência de uma direção revolucionária, expressão do programa do proletariado, concretizando a independência de classe diante das frações burguesas em choque, leva as massas a seguirem esta ou aquela fração da burguesia semicolonial nacionalista. No passado, o nacionalismo árabe laico fracassou e capitulou diante do imperialismo, conformando governos submissos. Hoje, os nacionalismos de cunho religiosos conseguem capitalizar a rebelião das nacionalidades oprimidas contra as potências. Por sua vez, as potências buscam

manipular essas forças umas contra as outras, em defesa de seus interesses de dominação. Tanto os curdos quanto os árabes são vítimas da opressão imperialista e da feudal burguesia. São, no entanto, colocados uns contra os outros pelas potências e pelos governos títeres. A ausência do partido mundial da revolução socialista repercute em massacres das massas da região.

Somente uma federação de estados socialistas porá fim à opressão nacional na região

A ausência da política independente do proletariado, que depende da existência de seu partido programa, permite ao imperialismo e à burguesia nacional turca combinarem o esmagamento dos jihadistas do E.I. e dos rebeldes curdos que lutam pela autodeterminação. Os diversos nacionalismos da feudal-burguesia da região já comprovaram seu fracasso em emancipar as nacionalidades; permanecendo o capitalismo, vai permanecer a opressão nacional, com o imperialismo por cima de todos. A política proletária coloca em primeiro plano a luta contra o imperialismo, que combina a luta pela autodeterminação curda com a necessidade de expulsar o imperialismo da região. Essas tarefas são parte do programa da revolução proletária, que ao colocar a abolição da propriedade privada dos meios de produção e fim da exploração de classe permitirá estabelecer na região uma federação de estados socialistas, sem opressão de um pelo outro, se desenvolvendo em harmonia e colaboração.

Queda nas bolsas chinesas reflete e ao mesmo tempo aprofunda as tendências gerais da crise mundial capitalista

A Bolsa de Valores chinesa deve fechar o mês de julho com uma queda superior a 28%. Desde junho, quando as ações desabaram 30% em três semanas, as sucessivas quedas levaram o governo chinês a tomar uma série de medidas restritivas à venda de ações a fim de conter as desvalorizações. Tudo indica que não há como estancar a derrocada dos preços. A crise contamina as Bolsas de países europeus, e assim retroalimenta a crise mundial capitalista, que está na base do problema na China.

Diante da tendência geral de desaceleração do PIB, o governo chinês procurou incentivar os negócios no país por meio do estímulo a uma massa de pequenos investidores. A corrida aos papéis mágicos levou a uma alta de 151% nos preços das ações no ano passado. Mas a realidade econômica se impôs: os dados sobre os resultados da produção e da exportação levaram a uma corrida para a venda de ações, que fez com que várias empresas tivessem desvalorização superior a 10% só no dia 27/07, levando à preventiva suspensão automática dos negócios. Alguns dos setores mais afetados foram as petroleiras e os bancos. Mas o prejuízo maior ficou justamente com aqueles pequenos investidores arrastados pela propaganda governamental.

Os resultados das bolsas chinesas e as medidas tomadas pelo governo para conter a crise têm afetado os preços das commodities, em especial o preço do aço e petróleo, puxando-os para baixo. A consequência recairá sobre os países produtores de matérias-primas, que exportarão menos e a preços menores. O que tende a repercutir como aprofundamento da crise econômica que já se manifesta sobre eles.

O crescimento chinês colocou sua economia como o segundo maior PIB do mundo, perdendo apenas para os EUA, superando Alemanha e Japão. Isso leva a que os problemas na economia chinesa tenham maior repercussão nas economias dos países capitalistas desenvolvidos, onde se vendem ações a preços baixos para cobrir os

prejuízos causados nas quedas chinesas.

A crise das bolsas chinesas tem se mostrado como consequência inevitável da crise mundial capitalista. Desde 2008, com oscilações, o comércio mundial tem se retraído, o que se tornou um obstáculo para os altos índices de crescimento chinês de até então. Apesar disso, ainda que com a desaceleração, índices positivos de crescimento econômico chinês com grande peso na composição da economia mundial têm atenuado o resultado geral das tendências recessivas globais. Mas as forças recessivas da crise de superprodução capitalista são mais fortes que a capacidade produtiva chinesa, e atuam para que essa economia seja arrastada para o triturador das forças produtivas mundiais que é a crise. Por sua vez, a desaceleração da economia chinesa acaba arrastando mais para o buraco as economias europeias estagnadas. A crise mundial capitalista tende à destruição maciça de forças produtivas, a fim de permitir uma nova retomada a partir da reconcentração de mercados e capitais. A China deverá percorrer este mesmo caminho.

Uma das prováveis medidas a serem tomadas pelo governo chinês é a desvalorização da moeda, de forma a rebaixar os preços chineses e buscar maior competitividade internacional. Se essa medida se concretizar, será um confisco salarial geral em benefício das empresas.

A casta burocrática que governa o país se mostra incapaz de enfrentar a crise mundial e seus efeitos sobre a China. Torna-se canal e instrumento por onde penetram as pressões do capital financeiro internacional sobre o país, apesar dos choques com os ditames do imperialismo. Somente o proletariado pode se impor à burguesia mundial, e por fim às crises capitalistas com a implantação do socialismo. Cabe ao proletariado chinês varrer com a burocracia corrupta que tem servido de canal para a penetração do capital financeiro no país, impondo o controle operário sobre a produção, a distribuição e o comércio exterior.



Boletim do

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional - Versão em Português - Julho de 2015

A traição do Syriza e de Alexis Tsipras

Salta à luz do dia a necessidade de superar a crise de direção revolucionária

Não foram poucas as correntes de esquerda que se entusiasmaram com a vitória eleitoral da Coalizão Radical de Esquerda. Fizeram reparos, anunciaram perigos e apresentaram tarefas revolucionárias que o governo de Alexis Tsipras deveria cumprir. Mas entenderam o fenômeno político como uma vitória dos explorados. De nossa parte, não apenas tivemos uma atitude sóbria - de acordo com a análise e a compreensão de que o Syriza servia de um canal pelo qual se desviava a ação direta das massas para o parlamento e colocava nas mãos do novo governo pequeno-burguês a solução da falência financeira da Grécia e desintegração social de seu povo - como também criticamos severamente o Tsipras por sua política pró-capitalista.

Agora que o governo capitulou sem atenuantes diante da Troika é fácil para as esquerdas dizer que está com as massas gregas e contra a política de Alexis Tsipras. A perda prematura de suas ilusões no Syriza é um bom sinal. No entanto, isso não significa que mudaram o rumo de sua política diante da crise e do curso da luta de classes. Ainda impera o clima eleitoral de esquerda, que reflete o deslocamento da maioria da população do controle dos partidos da burguesia que submeteram a Grécia ao capital financeiro, à especulação, ao saque, ao desperdício e, finalmente, à quebra.

Não temos dúvidas de que o governo pequeno-burguês de esquerda terá fôlego curto diante da desintegração econômica do País e da Europa. Mas continuará a apresentar a democracia burguesa e o respeito à ordem como o caminho para as soluções. A consulta em que a população disse NÃO ao acordo maldito exigido pelas potências europeias foi uma manobra nesse sentido. Alexis Tsipras se deu o direito de no dia seguinte reunir-se com a Troika, sob o comando de Angela Merkel, da Alemanha, para voltar à Grécia trazendo debaixo do braço medidas completamente opostas à vontade popular, que se manifestou no NÃO. Essa situação absurda se explica pelo fato da classe operária, dos camponeses, da classe média arruinada e da juventude estarem submetidas à democracia burguesa grega e à democracia europeia, que concentra as forças da ditadura de classe da burguesia continental. O resultado desse processo demonstrou a incapacidade e a impossibilidade do Syriza ser utilizado pelas massas para combater a burguesia grega e a europeia.

O problema fundamental para a burguesia diante de uma crise tão profunda é o de evitar que o proletariado tome em suas mãos as soluções e imponha por meio da luta de classes o curso dos acontecimentos. Enquanto as massas permitirem que

os capitalistas e seus representantes continuem impondo suas soluções, a desintegração do País avançará e a população arcará com as consequências mais devastadoras que as atuais. Nesse sentido histórico, podemos afirmar, sem receio de errar, que o Syriza cumpre um papel contrarrevolucionário. Sem que se explique para os explorados essa conclusão, não se poderá dar um passo em favor da superação da crise de direção revolucionária, ou seja, na construção do partido do proletariado.

A experiência está demonstrando que a via da democracia burguesa, por meio da qual o movimento pequeno-burguês eleitoral arrastou os explorados, já resultou no estrangulamento das necessidades das massas e da vontade popular. Há aqueles na esquerda que persistem na mesma estratégia, considerando que a traição de Tsipras é um desvio de percurso. É o caso de uma fração à esquerda do Syriza. Nesse mesmo sentido, guardando as devidas diferenças, isso se manifesta o Partido Comunista grego, que procura se potenciar eleitoralmente com o fracasso do Syriza.

O novo memorando foi aprovado no Parlamento da Grécia com o apoio dos partidos burgueses. Os 32 deputados do Syriza que votaram contra foram substituídos pelo voto da direita, a Nova Democracia. Os ex-ministro das Finanças, Yanis Varoufakis, que parecia um combatente da causa grega na mesa de negociação de Angela Merkel, segundo informações, votou a favor das reformas. Assim, a “vontade popular” do NÃO foi enterrada no parlamento burguês, onde quem dita as decisões é o capital financeiro.

Sem dúvida, é necessário denunciar a manobra fraudulenta de Alexis Tsipras e de seu partido. Mas a denúncia deve servir para defender a estratégia da revolução proletária. Caso contrário, se reforçará a crítica democratizante de esquerda. Não se trata de pura propaganda principista. As condições objetivas da crise e o desenvolvimento da luta de classes colocam tarefas próprias da revolução social. Nota-se que um dos objetivos das reformas antinacionais e antipopulares é o de restabelecer o poder dos bancos gregos. Outro é o de privatizar e desnacionalizar. Para completar o plano, sacrificar ainda mais a vida dos explorados.

Não é preciso ser marxista para reconhecer que a dívida grega é impagável e que serve tão somente à oligarquia financeira. Todos os analistas burgueses dizem isso. Mas dizem para recomendar um acordo que viabilize a continuidade do saque das riquezas da Grécia. Não faltam reparos e críticas burgue-

sas à inflexibilidade da Alemanha. A observação do marxismo, ao contrário, leva à conclusão de que a Grécia necessita interromper a sangria para defender a sua economia e a vida das massas. A interrupção só é possível se o proletariado, dirigindo a maioria dos explorados, derrubar a velha ordem e constituir um governo revolucionário, operário e camponês. A democracia burguesa corrompida, falida e submetida à ditadura das potências europeias deve dar lugar a uma florescente democracia proletária, por meio da qual as massas exercerão, de fato, a vontade popular. Sem um governo revolucionário, não se estancará a sangria grega.

A esquerda democratizante e revisionista do marxismo sacou de sua lista de reivindicações e medidas a estatização do sistema financeiro e o cancelamento da dívida externa, exortando o Syriza a cumpri-la. O correto não é exigir que o Syriza cumpra essas tarefas, uma vez que o movimento pequeno-burguês eleitoral desviava a ação direta das massas para o parlamento. Em todo processo, a questão esteve justamente em desenvolver no seio dos explorados em luta a estratégia de poder, de constituição de um governo revolucionário, que virá da insurreição da maioria.

Diante da evidente traição, melhoram as condições políticas para a vanguarda se opor ao governo do Syriza com as bandeiras de cancelamento da dívida, estatização do sistema financeiro sem indenização, expropriação revolucionária do grande capital e estabelecimento do controle operário da produção. Sem que as massas assumam esse programa, não é possível fazer frente à ditadura do capital financeiro.

Há uma questão ainda que precisa ser esclarecida. A do rompimento da Grécia com a União Europeia. Alexis Tsipras foi claro: a consulta não objetivava tirar a Grécia da União monetária. Desta vez, a acusação de que o Syriza pretendia a ruptura não moveu a maioria em seu voto pelo NÃO. A Alemanha, no entanto, continuou a manobrar com a ameaça da “Grexit”. De um lado, Angela Merkel pôs na mesa um engenhoso mecanismo montado pelo seu ministro de Finanças, Wolfgang Schäuble, de afastamento temporário da Grécia da Zona do Euro, de outro, o presidente da França, François Hollande, com a bandeira da unidade europeia. Espremido, Alexis Tsipras implora por um acordo que possa ser defendido no Parlamento. Tudo foi encenado para que a França parecesse uma aliada dos gregos na árdua tarefa de convencer a Alemanha a ser um pouco flexível.

Houve aqueles na esquerda que não se deram conta de que a questão não passava pela bandeira de rompimento do País com a União Europeia. Não é possível e não é do interesse do País levantar fronteiras nacionais, naquilo em que foram rebaixadas. Ou seja, no que diz respeito ao mercado comum. O que está em questão é o saque sofrido pelo País e o predomínio do parasitismo financeiro. A dívida de 320 bilhões de Euros (180% do Produto Interno Bruto) deve ser cancelada e todas as imposições da Troika, rejeitadas. Essa decisão soberana da Grécia não estava condicionada à bandeira de ruptura com a União Europeia. Se a decisão soberana implicasse na ruptura, seria uma imposição autoritária das potências.

Não apenas a crise da Grécia foi considerada um risco para a União Europeia e, em particular, a Zona do Euro. O mesmo se passou com a Espanha, Portugal e Irlanda. A bancarrota de seus membros mais frágeis expõe o domínio de alguns Estados nacionais sobre os demais. A necessidade da União Europeia advém das travas que impedem o desenvolvimento das forças produtivas continentais. Uma delas são as fronteiras nacionais. A criação do mercado comum foi um passo no sentido de rebaixá-las. Um outro foi o da unidade monetária (euro), não admitida pela potência inglesa. No entanto, manteve-se em pé a principal barreira, que são os Estados nacionais. De forma que

os Estados mais poderosos impõem as condições do mercado comum e da unidade monetária aos mais débeis. A outra trava se encontra nas relações monopolistas de produção. A derrubada das fronteiras comerciais não modifica a contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção sob a forma monopolista. Estas continuam a se impor. O elevado grau de parasitismo do capital financeiro evidencia que o choque das forças produtivas com os Estados nacionais preservados e a propriedade monopolista dos meios de produção não têm solução nos marcos do capitalismo. A União Europeia e a Zona do Euro concluem com a supremacia do parasitismo financeiro por cima dos Estados nacionais, controlado pelas potências.

O fato da Grécia se quebrar, embora represente uma pequena fração econômica, e da Espanha, Portugal, Irlanda e Itália se encontrarem em péssimas condições indica o esgotamento da União Europeia. Na realidade, não houve propriamente uma unificação, mas sim uma severa subordinação da maioria dos 27 países aos ditames da Alemanha e França, em certa medida, da Inglaterra, que permaneceu fora da Zona do Euro. É necessário verificar que o declínio da Europa corresponde à impossibilidade do capitalismo em nível mundial desenvolver as forças produtivas.

A crise iniciada nos Estados Unidos em 2008 pôs à luz do dia, como já havia posto no período da primeira e da segunda guerras mundiais, essa demonstração feita pelo marxismo-leninismo-trotskismo, em especial pelos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista (1919-1922) e pela IV Internacional, da época de Trotsky. A previsão era de que a Europa capitalista deveria dar lugar a uma Europa socialista. Partindo da Revolução Russa, a III Internacional estabeleceu a estratégia e o programa dos Estados Unidos Socialistas da Europa. Essa era a via para avançar as transformações na União Soviética e projetar a revolução mundial. Evidentemente, tratava-se de um prognóstico histórico que dependia da classe operária e dos partidos revolucionários europeus. Uma vez que a revolução na Alemanha não triunfou, como se esperava, a União Soviética se isolou e deu lugar ao revisionismo estalinista. O triunfo da restauração capitalista varreu as conquistas das revoluções proletárias no continente. No entanto, a recuperação do terreno perdido pela burguesia para o proletariado apenas deu um fôlego conjuntural ao capitalismo, que agora se encontra mergulhado em profunda crise.

As potências europeias, supervisionadas pelos Estados Unidos, se viram na contingência de eliminar obstáculos nacionais às forças produtivas estagnadas. Não puderam e não poderão ter êxito, a não ser limitadamente. A ameaça de quebra de países inteiros e a efetiva quebra da Grécia são a prova de que enquanto perdurar a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção capitalistas, o curso econômico e social será o da desintegração e da barbárie. A Grécia, portanto, sofre um abalo que é de ordem geral.

Está aí por que a ascensão do Syriza se tornou possível provisoriamente. O problema da Grécia não está nas mãos da burguesia grega, que é serviçal do capital financeiro anglo-francês-alemão. A população empurrada para o desemprego, rebaixamento das condições de existência e para a pobreza não teve outro instrumento político a não ser um partido da pequena burguesia, sem se dar conta do seu fracasso inevitável. A necessidade de pôr em pé um partido revolucionário salta à luz do dia. Pelo visto, os agrupamentos que se reivindicam do trotskismo estão presos ao revisionismo. A vanguarda proletária terá de se livrar de todas as variantes do democratismo pequeno-burguês. Terá de reerguer o programa da revolução proletária e dos Estados Unidos Socialistas da Europa.